

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS – PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES – CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE DIREITO**

MAX ROGERS BATISTA DA SILVA

**CIDADANIA AMBIENTAL: DESAFIOS À TUTELA DO MEIO
AMBIENTE COMO DIREITO FUNDAMENTAL**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
MONOGRAFIA**

**Cacoal – RO
2016**

MAX ROGERS BATISTA DA SILVA

**CIDADANIA AMBIENTAL: DESAFIOS À TUTELA DO MEIO
AMBIENTE COMO DIREITO FUNDAMENTAL**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *Campus* Prof. Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito, elaborada sob a orientação do professor Esp. Antônio Paulo dos Santos Filho.

**Cacoal – RO
2016**

CIDANANIA AMBIENTAL: DESAFIOS À TUTELA DO MEIO AMBIENTE COMO DIREITO FUNDAMENTAL

Por

MAX ROGERS BATISTA DA SILVA

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Universidade Federal de Rondônia – *Campus* Prof. Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, para obtenção do grau de Bacharel em Direito, mediante a Banca Examinadora formada por:

Professor Esp. Antônio Paulo dos Santos Filho - UNIR - Presidente

Professora Esp. Camila Fonseca Queiroz Bisconsin - UNIR - Membro

Professora Ma. Ozana Rodrigues Boritza - UNIR - Membro

Conceito: 85

Cacoal, 19 de dezembro de 2016.

Aos meus pais, Marineide Batista da Silva e Reginaldo Luis da Silva, por me motivarem a todo instante, por demonstrar amor e se tornarem inesquecíveis para mim.

AGRADECIMENTOS

Ao decorrer deste curso, aprendi a dar valor aos mínimos detalhes. Um período de cinco anos não fica em branco, principalmente nessa jornada. Todos os momentos, desde a chegada à Universidade, até os momentos finais, ficam na memória.

Gostaria de agradecer aos meus pais Reginaldo Luis da Silva e Marineide Batista da Silva, por cada momento em que me apoiaram nessa jornada. Todas as suas motivações com certeza não foram em vão. Um lar como o que eu tive com eles é impagável. Desde a criação até os momentos difíceis, que toda família passa, são como memórias vivas. A dificuldade só nos aproximou mais, nos motivou e nos ajudou a crer que existe um motivo para tudo. Eles sempre me motivaram na minha jornada, e isso foi simplesmente fundamental.

Agradeço também meus irmãos, Paulo Max Batista da Silva e Cley Max Batista da Silva, por ser uma companhia constante desde que eu me lembre. Estamos num momento de nossas vidas em que cada um já está seguindo seu caminho. Isso é agri-doce. Ao mesmo tempo em que é uma felicidade, para cada um, correr atrás de nossas convicções, nossas perspectivas para a vida, é um momento de tristeza, por saber que cada um está seguindo seu rumo. Por este motivo sempre terei em minha memória a lembrança de um final de semana de manhã, com todos reunidos, tomando café. Não poderia ter pedido uma família melhor. Deixo claro que não tivemos as melhores coisas, no sentido financeiro, mas o sentimento supera qualquer riqueza. Momentos alegres, de realmente pura felicidade, com rostos rindo e brincando, como se nunca fossemos nos separar.

Aqui eu abro espaço para toda a minha família que de alguma forma me ajudou, sei que minha memória irá me trair se eu continuar apenas citando nomes. Todos que de alguma forma me motivaram, me ajudaram, me deram suporte nessa caminhada, de alguma forma. Fica aqui meu sincero agradecimento.

É necessário também falar de Deus. A crença numa força superior é também uma forma importante de lidarmos com os problemas, no sentido psicológico. Ao estudar elementos de física, criação do universo ou o Paradoxo de Fermi, me dei conta do tanto da sorte que tivemos ao chegar nessa fase evolutiva. Deus está nos detalhes. Deus trabalha com tempo e probabilidade, na minha perspectiva. Dia após dia me convenço de que estamos aqui porque alguém assim o permitiu. Todos os

detalhes da minha e da sua vida também o levaram até este momento. Agradeço a Deus por me trazer até esse momento de minha vida, agradeço também por todos os momentos que me deixou vivenciar.

Agradeço também aos professores Silvério dos Santos Oliveira, Thiago Barisson de Mello Oliveira e ao meu orientador Antônio Paulo dos Santos Filho. Os professores me motivaram a seguir com o tema deste trabalho, durante a apresentação do projeto de pesquisa. Tal motivação foi de imensa valia, pois tenho certeza de que se trata de um tema muito recente e também é um tema muito audacioso. Ter a aprovação para realizar esta pesquisa foi muito importante, tendo eles ciência disso ou não.

Agradeço também aos professores Jônathas Siviero e Victor de Almeida Conselvan, por se fazerem tão presentes em nossa turma. Com o passar dos anos na Universidade, ter a companhia deles foi muito gratificante. Eles podem ter certeza de que iremos ter saudades do tempo em que ficamos na UNIR. Eles foram muito mais que professores, foram colegas da turma, e os churrascos com eles só provam isso. Tem também os sábados. Ah, os sábados! Um bolo de banana com canela que o professor Paulo trouxe, as manhãs com cara de sono, várias turmas juntas. Querendo ou não, nos anos que se seguem, iremos lembrar isso tudo e por vezes iremos nos pegar rindo sozinhos.

Melhor que o diploma, somente os momentos com pessoas que vão ficar na memória. Às vezes passou pela minha cabeça que iríamos ficar sempre ali. Mas o momento chegou, iremos tomar cada um seu rumo, dar continuidade com nossas vidas, seguir sonhos. Espero que possamos nos encontrar mais vezes, fora do meio acadêmico, é claro. Para assim darmos risadas das histórias de um momento que ficou para trás.

Agora quero agradecer meus amigos que fiz no curso, meus amigos com *compromisso acadêmico*. Agradeço por sempre estarem por perto, motivando nossa jornada na faculdade. Vocês fizeram parte dessa história e saibam sempre serão lembrados. Agradeço à Raíssa Karine de Souza, Graciele Rodrigues Rodes, Francieli Honorato, Gislene de Laparte Neves, Ladiane Beilke Ruiz, Raul Gabriel Teixeira Melo e Fernanda Mubarac. Graças a vocês os dias passaram rápido, as dificuldades se amenizaram e os momentos na faculdade serão sempre lembrados.

Também quero agradecer a todos, que independentemente me auxiliaram nessa jornada. Sei que ainda faltariam muitas pessoas para agradecer, por isso me

encerro aqui. Não se sintam esquecidos, vocês me ajudaram muito nessa caminhada. Ainda mais quando moramos em outra cidade. Isso requer uma logística a mais.

Vir de ônibus de Ji-Paraná todos os dias do curso foi um tremendo desafio, que por vezes me desanimava. Porém, na conclusão desse curso, percebo que faria tudo novamente. Obrigado.

*A escolha é nossa: formar uma aliança global para
cuidar da Terra e uns dos outros, ou arriscar nossa
destruição e a da diversidade da vida.*

(Carta da Terra)

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso faz uma análise do direito ao meio ambiente equilibrado. As questões ambientais em nível internacional tiveram como marco histórico a Conferência de Estocolmo, em 1972, abrindo possibilidades e estudos relacionados à tutela do meio ambiente em outra escala. O trabalho pretende demonstrar o conceito de cidadania ambiental e como os estudiosos no ramo de Direito Ambiental sugerem a sua concretização. Para o estudo do tema, parte-se de uma análise histórica das conquistas ambientais. Por meio dos textos de autores do ramo, pretende-se demonstrar que por mais que nos últimos anos tenham acontecido avanços na área, as tentativas de tentar reduzir a degradação ambiental têm se mostrado um tanto quanto ineficientes. Nesse sentido, o presente trabalho aborda a tentativa de reduzir a emissão de gases poluentes, mais conhecida como o Protocolo de Quioto. Busca-se apresentar também um modelo que concretize essa nova forma de cidadania, tendo como base a Teoria da Sociedade de Risco, apresentadas por Délton Winter de Carvalho e José Rubens Morato Leite.

Palavras-chave: Direito Ambiental. Direito Fundamental. Meio Ambiente. Cidadania Ambiental

ABSTRACT

The present work of conclusion of course makes an analysis of the right to the balanced environment. Environmental issues at the international level were marked by the Stockholm Conference in 1972, opening up possibilities and studies related to the protection of the environment on another scale. The work intends to demonstrate the concept of environmental citizenship and how the scholars in the field of Environmental Law suggest its concretization. For the study of the theme, we start with a historical analysis of the environmental achievements. Through the texts of authors of the field, it is intended to demonstrate that although there have been advances in the area in recent years attempts to reduce environmental degradation, it's have been somewhat inefficient. In this sense, this paper addresses the attempt to reduce the emission of polluting gases, better known as the Kyoto Protocol. It is also intended to present a model that will materialize this new form of citizenship, based on the Theory of Risk Society, presented by Délton Winter de Carvalho and José Rubens Morato Leite.

Keywords: Environmental Law. Fundamental Rights. Environment. Environmental Citizenship

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 CIDADANIA AMBIENTAL: APRESENTANDO CONCEITO E INVESTIGANDO A EFETIVIDADE DO PROTOCOLO DE QUIOTO	15
1.1 ASPECTO HISTÓRICO DAS CONQUISTAS AMBIENTAIS.....	15
1.2 UMA NOVA FORMA DE CIDADANIA EM FACE DA GLOBALIZAÇÃO.....	18
1.3 UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO	23
1.4 O PROTOCOLO DE QUIOTO COMO TENTATIVA DE FREAR OS AVANÇOS DA DEGRADAÇÃO AO MEIO AMBIENTE	27
2 A JURISDIÇÃO INTERNACIONAL E INCIDÊNCIA DA NORMA NO DIREITO BRASILEIRO	33
2.1 O DIREITO AMBIENTAL NA SEARA INTERNACIONAL.....	34
2.2 A JURISDIÇÃO INTERNACIONAL POR INTERMÉDIO DA CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA	37
2.3 A INCIDÊNCIA DA NORMA NO DIREITO BRASILEIRO COM BASE NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.....	42
3 CONCRETIZAÇÃO E DINAMISMO DA CIDADANIA AMBIENTAL COMO FORMA DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE	45
3.1 A PROPOSTA DA CRIAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE MUNDIAL	46
3.2 A SOBERANIA NOS MOLDES CONTEMPORÂNEOS	51
3.3 A CONCRETIZAÇÃO DESSE MODELO FRENTE ÀS QUESTÕES AMBIENTAIS.....	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	61

INTRODUÇÃO

O meio ambiente nos últimos tempos tem se tornado o grande protagonista das relações internacionais. Após a Conferência de Estocolmo, em 1972, foi a primeira grande guinada do homem moderno à preservação do meio ambiente. Conscientizar o homem de que suas ações interferem nas gerações futuras foi um grande marco para a humanidade.

Assim como a noção de que sem um meio ambiente equilibrado afetaria a humanidade profundamente. Pensar nas próximas gerações é sem dúvidas uma força motriz que motiva a comunidade internacional a querer tutelar da forma mais eficaz possível o meio ambiente. Não se pode deixar de lado o fato de que a sociedade sempre lutou pelas conquistas sociais. O anseio em proteger o meio ambiente de atividades lesivas têm se tornado cada vez mais um propósito para os estudiosos do Direito Ambiental.

Não se pode esquecer que é travado um longo combate no decorrer da história. A questão da preservação ambiental em confronto com o desenvolvimento econômico, a qualquer custo, mostra-se um imenso desafio. Nessa questão, a participação da sociedade se mostra importante. É importante lembrar que o meio ambiente é considerado um direito fundamental, tendo em vista que a própria Conferência de Estocolmo abriu a possibilidade para que as Constituições pudessem reconhecer o meio ambiente equilibrado como direito fundamental.

Os avanços no ramo do Direito Ambiental nos últimos anos mostra que a matéria só tende a crescer, possibilitando assim com que novos institutos sejam formados.

Convém também destacar a Teoria da Sociedade de Risco, que é basicamente a fundamentação teórica para o conceito de cidadania ambiental, tratada neste trabalho. Proposta por Délton Winter de Carvalho, a teoria afirma que

se vive atualmente numa sociedade industrial, numa sociedade de risco. A questão abordada pelo autor é que nessa sociedade de risco, vive-se em incerteza no que se refere às atividades industriais. Os riscos apresentados pela nossa atual sociedade, segundo o autor, são *transtemporais*, o que significa dizer que possuem efeitos ilimitados, com certa potencialidade catastrófica e grandes prejuízos ao meio ambiente.

Com tais noções, principalmente sobre o fato de que se vive numa sociedade que contribui significativamente para suas próprias catástrofes, como apresentada pela Teoria da Sociedade de Risco, os estudiosos do Direito Ambiental tentam a qualquer custo apresentar uma nova forma de tutelar o meio ambiente. Uma forma que dê total segurança aos mecanismos assecuratórios de tutela ambiental.

É nesse ponto que surge a necessidade de uma nova forma de cidadania, apresentada pelos estudiosos. Uma ruptura de paradigmas. Pensar no meio ambiente como um bem comum a todos, sem distinção territorial. É esse o anseio dos estudiosos abordados nesse trabalho. Uma busca a uma nova forma de tutelar o meio ambiente, de forma mais eficaz.

É seguro dizer que o tema é amplo por natureza. Conforme será abordado neste trabalho, tratar dessa temática é falar sobre política e sociedade moderna. Será abordado também o conceito de educação ambiental, que é de suma importância para o debate do tema tratado.

O presente trabalho também irá abordar a questão da globalização. As relações internacionais estão mudando. Tratar dessas questões permite com que o tema deste trabalho se torne mais compreensivo. O mundo está mais interligado e observar essas relações ajuda a entender esse fenômeno doutrinário que é a cidadania ambiental.

Será analisada nesse trabalho também a jurisdição internacional, as formas como os conflitos internacionais decorrentes do meio ambiente são abordados. Essa busca será para analisar como se dão as resoluções desses conflitos, bem como se é válido o anseio por uma nova forma de cidadania, exclusiva para tutelar o meio ambiente em nível internacional.

Por último, mas não menos importante, serão analisadas as propostas para que se efetive essa nova cidadania. Esta que anseia tutelar apenas o meio ambiente, de forma com que qualquer cidadão possa tutelar o mesmo. Protegendo-o assim de possíveis ameaças decorrentes de atividades danosas.

É sem sombra de dúvidas um tema audacioso. Um tema relativamente novo que propõe uma nova forma de tutela ao meio ambiente, que supere paradigmas e que instaura uma nova ética, a ética do meio ambiente.

O meio ambiente é um bem de todos. Conseguir tutelar esse bem num nível internacional é de importância máxima. Nesse trabalho serão investigadas tais propostas, bem como contrapontos dentro da doutrina ambientalista. Como já foi dito, é um tema audacioso.

A questão principal é que o meio ambiente não pode mais esperar. A degradação ambiental só põe em risco a vida de qualidade do homem. Preocupar-se com as formas de tutela desse bem são válidas. Discutir tal temática é uma forma de difundir a questão no meio acadêmico, contribuir para que a matéria alcance mais pessoas.

Difundir esse conhecimento e debater as propostas apresentadas é o principal alvo desse trabalho. A cidadania ambiental é uma proposta relativamente nova, que visa uma maior proteção ao meio ambiente.

1 CIDADANIA AMBIENTAL: APRESENTANDO CONCEITO E INVESTIGANDO A EFETIVIDADE DO PROTOCOLO DE QUIOTO

1.1 ASPECTO HISTÓRICO DAS CONQUISTAS AMBIENTAIS

Em uma primeira análise, insta dizer que o Direito Ambiental é o resultado da luta da população por um meio ambiente sustentável e equilibrado. Dessa forma, pode-se afirmar, em conformidade com Souza (2007) que a história do Direito Ambiental como um todo harmônico perpassa pela luta da sociedade, pela luta de povos que se sentiram ameaçados com a possível degradação ao meio ambiente e também pela qualidade de vida de maneira geral, para que todos possam usufruir de um meio ambiente equilibrado.

Ainda em conformidade com o referido autor, pode-se afirmar que o movimento ambientalista, em seus primórdios, teve uma grande atuação na Europa e nos Estados Unidos, pois com esses movimentos sociais, foi possível uma maior atuação da sociedade perante o meio ambiente, principalmente em relação organismos que pensassem de maneira mais consciente sobre essa temática.

Nesse sentido:

O movimento ambientalista teve grande atuação na Europa e nos Estados Unidos, resultando na criação de importantes organizações não-governamentais e até mesmo partidos políticos, como foi o caso do Partido Verde, que teve e tem grande expressão na Alemanha e no próprio Parlamento Europeu (SOUZA, 2007, p. 166).

Conforme foi exposto, a participação popular foi de grande valia para que o Direito Ambiental, ou melhor, o direito ao meio ambiente equilibrado tomasse a forma de um movimento ambientalista.

Entretanto, no decorrer da história, existe um conflito que permeia toda a questão ambiental, alvo de intrigas e conflitos de longa data na história recente. Esse confronto é entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental. Esse confronto sempre foi um ponto de debate entre ambientalistas, pois muitas vezes são vistos como antagônicos. O Protocolo de Quioto foi a tentativa de conciliar a atividade do mercado com a preservação do meio ambiente, devido ao aumento de gases do efeito estufa.

Assim, nesse confronto entre a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico, a participação da sociedade se faz importante. A sociedade precisa debater o meio ambiente, pois como é sabido, é de interesse coletivo. Em grande ou maior escala, todos tem uma preocupação com o meio ambiente, com o mundo ecológico. Preocupar-se como ele é também preocupar-se com o Planeta Terra, com o futuro, com as futuras gerações e sua qualidade de vida.

Souza (2007) acredita que a sociedade contemporânea não aceita mais o ideal de um Estado-pai:

A sociedade moderna não admite mais a figura do Estado-pai, tutelador de todos os interesses e capaz de dar respostas a todos os anseios da sociedade. Nos dias de hoje são fundamentais a organização, a mobilização e a participação ativa da sociedade civil no debate dos grandes temas de interesse coletivo (SOUZA, 2007, p. 167).

Deve-se dizer que não é somente Souza que detém essa linha de raciocínio, fazendo-se então necessário a citação de outros estudiosos da área ambiental e seus respectivos argumentos. É quase uma unanimidade na doutrina ambiental que é preciso haver mudanças na maneira de encarar a sociedade. A insatisfação com o atual modelo de gerência é majoritário. Não se pode deixar de mencionar que é necessário haver a procura por soluções. Para corroborar com esse entendimento há o pensamento de Paulo Roney Ávila Fagúndez:

A humanidade, no novo milênio, precisa encontrar soluções para os graves problemas que atingem as sociedades. O direito não consegue dar respostas satisfatórias para os complexos problemas humanos gerados pela evolução tecnológica. Há a necessidade de serem promovidas profundas reformulações nos valores [...] (FAGÚNDEZ, 2004, p.236).

Souza (2007) afirma que era da modernidade precisa chegar num método de gerir o meio ambiente de uma forma satisfatória. É uma era que chegou trazendo várias mudanças de comportamento, transformações. A internet interliga as pessoas de uma maneira nunca vista antes. As populações dessa era não se satisfazem simplesmente em viver no campo, de uma maneira simples. Em conformidade com o autor, a partir da Segunda Guerra Mundial, que causou um impacto no mundo inteiro, surgem novas exigências, estas muito complexas. A Segunda Grande

Guerra foi tão impactante que com o seu término, a atividade econômica se transformou em grande escala, dominando o mundo o qual era conhecido.

Outra autora que corrobora para esse entendimento é Matheus (2007), que afirma também que depois das atrocidades que foram cometidas no decorrer da Segunda Guerra Mundial, os chamados direitos fundamentais se tornaram o grande foco dos estudiosos do Direito, recebendo dessa forma uma especial atenção por parte dos mesmos. A partir de então, também por influência da Declaração de Estocolmo, o meio ambiente é considerado como direito fundamental. Nesse sentido:

O meio ambiente é considerado, por alguns doutrinadores, como um novo direito fundamental, eis que a Declaração de Estocolmo abriu caminho para que as Constituições supervenientes reconhecessem o meio ambiente ecologicamente equilibrado **como direito fundamental, como um dos direitos do homem** (MATHEUS, 2007, p. 19) [grifo nosso].

Assim, pode-se também dizer que no âmbito doutrinário, o meio ambiente é classificado como um bem comum a todos, de uso comum do povo, *res communes omnium*. Sendo assim o mesmo de uma importância relevante para a vida dos seres humanos (MATHEUS. 2007).

Como efeito disso, tem-se que a forma e estrutura da população como era conhecida foi transformada, graças ao crescimento e à formação de grandes cidades, muitas delas conhecidas mundialmente, as metrópoles. O processo de industrialização e suas elevadas taxas de crescimento, por exemplo. Desde então, o problema de como resolver as elevadas taxas de gases poluentes, os problemas relativos ao meio ambiente, tornaram-se um empecilho a ser transposto pela sociedade contemporânea.

Nesse entendimento, pode-se afirmar que é um desafio ao mundo contemporâneo gerir esses conflitos de interesses, entre o crescimento e a segurança do meio ambiente, que por fim acarretam em discussões de amplitude global.

Discorrer sobre o meio ambiente acima de tudo é discorrer sobre o futuro. É pensar nos erros cometidos no passado visando um futuro com o menor dano ao meio ambiente possível. E é exatamente sobre esse aspecto que o presente

trabalho visa levar à comunidade acadêmica, abrindo para a academia a discussão que permeia do Direito Ambiental, a cidadania ambiental.

1.2 UMA NOVA FORMA DE CIDADANIA EM FACE DA GLOBALIZAÇÃO

Falar dessa nova e recente construção teórica em âmbito de Direito Ambiental pressupõe num primeiro momento discorrer sobre a “Teoria da Sociedade de Risco”, na qual se baseia o conceito de cidadania ambiental.

Em conformidade com Leite (2015), tratar da temática de Direito Ambiental nunca é simples, sempre necessitando de um olhar mais abrangente. Como a doutrina ambiental costuma dizer, esse ramo tão novo do Direito, possui caráter transdisciplinar. Esse âmbito do Direito abarca esse modo de pensar mais amplo, a saber:

[...] a racionalidade jurídica na esfera do ambiente ultrapassa um olhar técnico, dogmático e monodisciplinar, havendo a necessidade de se adotarem noções oriundas de outras áreas do saber, buscando com isso compreender a crise ambiental através de uma visão transdisciplinar e de um enfoque mais sociológico do risco (LEITE, 2015, p. 157).

Dando prosseguimento, a Teoria da Sociedade de Risco se baseia no fato da modernidade dar forma às ameaças que são ocasionadas pelo atual modelo de desenvolvimento dos países, sobretudo dos desenvolvidos:

O surgimento da sociedade de risco designa um estágio da modernidade no qual começam a tomar corpo as ameaças produzidas até então pelo modelo econômico da sociedade industrial (LEITE, 2015, p. 157).

Nesse sentido também partilha desse entendimento Coriolano, Azevedo e Alves (2012), que atribuem à existência de uma sociedade de risco ao fato de que o capitalismo contribuiu para tal feito. Segundo essas autoras, essa sociedade de risco é notória e também a humanidade vem despertando para uma consciência de que tal sociedade existe. Não somente que ela existe, mas também que ela é fruto do nosso atual modo de vida, de produção, nosso modelo econômico.

Nessa teoria, o lucro é principal o foco. Esse lucro desenfreado é configurado como o objetivo final de toda economia, e não são medidos esforços para alcançar este objetivo (CORIOLANO, AZEVEDO e ALVES, 2012).

Graças a essa busca desenfreada pelo lucro, a probabilidade de degradação ao meio ambiente se torna a cada dia mais palpável, torna-se mais frequente e a cada vez se tornam mais devastadores. Prova disso é que existe uma proliferação desenfreada de vários tipos de danos ambientais.

Partindo do pressuposto de que a matéria ambiental deve ser analisada em conformidade com a sua complexidade, far-se-á então a análise acerca da sociedade de risco como um fato determinante para a análise do tema tratado. A sociedade de risco se caracteriza pelo seu dano indefinido, incerto.

Carvalho (2006), em sua tese de doutorado, trata da Teoria da Sociedade de Risco:

As ameaças decorrentes da sociedade industrial são de natureza tecnológica, política e acima de tudo, ecológica. Na sociedade industrial pode-se dizer que há uma certa previsibilidade das consequências dos processos produtivos capitalistas no sistema econômico. Contudo, na **sociedade de risco** (que não deixa de tratar-se de uma sociedade industrial, porém, potencializada pelo desenvolvimento tecno-científico) há um incremento na incerteza quanto às consequências das atividades e tecnologias empregadas nos processos econômicos. Desta forma, esta nova forma social apresenta **riscos transtemporais** (efeitos ilimitados temporalmente), **de alcance global e potencialidade catastrófica** (CARVALHO, 2006, p. 33) [grifo nosso].

José Rubens Morato Leite também propõe uma definição de sociedade de risco, corroborando também para a noção de uma irresponsabilidade organizada. Nesse sentido:

A sociedade de risco é aquela que, em função de seu contínuo crescimento econômico, **pode sofrer a qualquer tempo as consequências de uma catástrofe ambiental**. Nota-se, portanto, a evolução e o agravamento dos problemas, seguidos de uma evolução da sociedade (da sociedade industrial para a sociedade de risco), sem, contudo, uma adequação dos mecanismos jurídicos de solução dos problemas dessa nova sociedade. Há consciência da existência dos riscos, desacompanhada, contudo, de políticas de gestão, fenômeno denominado Irresponsabilidade organizada (LEITE, 2015, p. 158) [grifo nosso].

A partir dessa noção de sociedade de risco, a doutrina ambiental tenta por meio de conceitos modernos, desenvolver uma forma de complementar esse paradigma, o da sociedade contemporânea de tutelar o meio ambiente. Surge aqui o conceito de cidadania ambiental, sendo inserida nesse contexto que surge como uma forma de provocação, uma forma de legitimação de um conjunto de ações que visam a concretizar o direito humano fundamental ao meio ambiente, dando efetividade ao Direito Ambiental, a tutela para um meio ambiente equilibrado como direito fundamental (CORIOLANO, AZEVEDO E ALVES, 2012).

Assim sendo, pode-se dizer que a cidadania ambiental é mais ampla do que o conceito convencional de cidadania, pois a mesma abarca os problemas contemporâneos relativos ao meio ambiente:

[...] o conceito de cidadania ambiental ultrapassa o conceito convencional de cidadania, vez que não trata de estabelecer somente direitos, trazendo também em seu âmago os deveres desses novos cidadãos, os quais acompanham os problemas advindos da questão ambiental contemporânea e da atual sociedade de riscos [...] Muito menos está adstrita a um Estado-nação, visto que as obrigações assumidas pelos cidadãos ambientais não estão dirigidas ao seu país de origem, nem mesmo ao momento em que vive, **alcançando o futuro, bem como as gerações que lhe integrarão** (CORIOLANO, AZEVEDO E ALVES, 2012, p. 1) [grifo nosso].

A cidadania ambiental, segundo os pensadores, está totalmente vinculada à necessidade de uma ética ambiental mais presente, tendo em vista que os danos ambientais são em grande escala e muitas vezes a população desconhece os riscos de tais atividades industriais. Essa nova ética seria um marco de responsabilidade, pois com ela seria formado cidadãos que participam de forma efetiva e diretamente no todo processual da gestão ambiental. Esses cidadãos sairão em defesa dos patrimônios naturais e culturais, em defesa da vida como um todo ecossistêmico, participando desses processos (CORIOLANO, AZEVEDO E ALVES, 2012).

Essa nova ética global é também a responsável pelo nascimento dessa definição de cidadania ambiental, que por assim dizer irradia do Direito Ambiental e almeja sua efetividade na tutela do meio ambiente, corroborando com esse entendimento, têm-se:

Recentemente a cidadania ambiental ingressou na temática de interesse da sociedade. E passou a ser mais notada a partir de então, juntamente com a própria questão ambiental, que passou a ser mais discutida no fim do século XX, e que, sobre forte influência

internacional a qual preconiza a necessidade de uma nova relação entre o homem, a sociedade e as questões ambientais, **constituído por uma nova ética global** capaz de promover a erradicação da fome, da pobreza, do analfabetismo, da poluição e da dominação do homem nos grupos minoritários (MOURA; LIMA; TEIXEIRA, 2013, p. 9) [grifo nosso].

Este anseio por uma nova cidadania também é pautado na configuração atual da sociedade contemporânea. As relações mudaram. O mundo nunca esteve tão interligado, com o advento da internet, pessoas do mundo inteiro se comunicam por meio das redes sociais. A globalização por meios eletrônicos, somado a Teoria da Sociedade de Risco, a necessidade de uma tutela ao meio ambiente mais efetiva, com uma nova ética global, criam o elo necessário para abarcar esse anseio de uma nova sociedade. Sobre a Globalização:

O mundo se transforma em território de todo mundo. Tudo se desterritorializa e reterritorializa. Não somente muda de lugar, desenraíza-se, circulando pelo espaço, atravessando montanhas e desertos, mares e oceanos, línguas e religiões, culturas e civilizações. As fronteiras são abolidas ou tornam-se inócuas, fragmentam-se e mudam de figura, parecem mais não são (IANNI, 2001, p. 212).

Essa análise em face da globalização se faz necessária, principalmente na esfera ambiental, pois como tudo está mais interligado, de maneira a compor uma rede de comunicação a um nível global nunca antes visto. Essa análise se mostra coerente quando se percebe que o meio ambiente, as florestas, o oceano, o ecossistema como um todo interligado, não respeita fronteiras. Nesse sentido, têm-se:

[...] os problemas ambientais não se detêm nas linhas geográficas que separam os estados da federação, pois frequentemente um problema ambiental em um Estado é causado por procedimento ocorrido em outro (SILVA, 2007, p. 72).

Somado a isso tudo, segundo Canotilho, se constrói o conceito de que o mundo perpassa por uma crise de representação, numa lição importante, pois mostra como esse aspecto já era visto por estudiosos, muito antes desse impasse ambiental em que se vive atualmente:

Nas crises de representação, da envolvimento dos direitos constitucionais nacionais pelo emergente direito constitucional global ou internacional e pelo já vigente direito constitucional comunitário, e

da erupção de novos direitos e deveres (direito do ambiente e outros) intimamente relacionados com a liberdade e dignidade da pessoa humana e com outros seres da comunidade biótica (direito fundamental dos seres vivos). Acrescentem-se ainda os problemas da reinvenção do território conducentes à releitura das obras sobre federalismo e antifederalismo e à sugestão de novos fenótipos organizatórios de comunidades supranacionais (União Europeia, Mercosul, Nafta) (CANOTILHO, 1998, p.22).

Todos esses fatores contribuem para que a doutrina do direito ambiental pense numa nova forma de tutelar o meio ambiente como ele deve ser tutelado no nosso tempo.

Nesse sentido, tem-se Coriolano, Azevedo e Alves (2012), que retrata da proclamação do Direito Ambiental como um direito intergeracional e também um direito fundamental, sendo que o mesmo possui uma participação solidária que extrapola, em seu alcance, o direito nacional de todos os Estados soberanos. Dessa maneira, o Direito Ambiental atinge um patamar “intercomunitário”, pois o mesmo é um direito que assiste a toda a comunidade global.

Assim, o conceito de cidadania ambiental esbarra num novo conceito elaborado pela doutrina ambiental, o de Estado ambiental, ou Estado de Direito Ambiental. Esse Estado de direito ambiental, poderia ser definido, segundo Coriolano, Azevedo e Alves (2012), como a nova forma de Estado no qual se permite a aplicar os princípios da solidariedade econômica e social. Dessa forma, a finalidade seria alcançar o desenvolvimento sustentável, que prioriza a busca pela *igualdade substancial* entre os seus cidadãos, por meio de um controle jurídico do uso racional do patrimônio natural.

Leite (2015) propõe uma definição de Estado de Direito Ambiental como uma construção teórica, ainda nos seus primeiros passos, entretanto que é importante para uma reflexão sobre a temática ambiental. Nesse sentido, em sua obra intitulada “Direito Constitucional Ambiental Brasileiro”, há a definição desse Estado de Direito Ambiental:

O Estado de Direito do Ambiente é uma construção teórica que se projeta no mundo real ainda como devir. A respeito desse fato, a relevância do paradigma proposto deve ser observada para uma melhor compreensão das novas exigências impostas pela sociedade moderna, especialmente quando se considera o constante agravamento da crise ambiental [...] a proposição de um novo modelo estatal ambientalmente orientado recusa o fechamento do horizonte de expectativas, possibilita a visualização de alternativas e rejeita a subjetividade do conformismo (LEITE, 2015, p. 177).

A Teoria da Sociedade de Risco fundamenta ainda mais essa questão, pois é sabido de todos que o dano ambiental possui a capacidade de projetar seus efeitos a um longo prazo, isso quando não são irreversíveis. É necessário um novo modelo jurídico que comporte tais evoluções. Para corroborar com esse entendimento, têm-se:

Dessa forma, é certo que toda essa difusão subjetiva, temporal e espacial das situações de risco e perigo conduz a pensar o meio ambiente de forma diferente, superando o modelo tradicional. Nesse sentido, o risco, atualmente, é um dos maiores problemas enfrentados quando se objetiva uma efetiva proteção jurídica do meio ambiente.

Nota-se que o dano ambiental tem condições de projetar seus efeitos no tempo sem haver certeza e controle de seu grau de periculosidade. Podem-se citar como exemplos: os danos anônimos (impossibilidade de conhecimento atual), os cumulativos, os invisíveis, o efeito estufa, a chuva ácida e muitos outros. Toda essa proliferação das situações de risco acaba por vitimizar não só a geração presente como também as futuras gerações (LEITE, 2015, p. 159).

Assim ficam demonstradas claramente as preocupações que motivam tal argumentação da doutrina de Direito Ambiental. Pois retratar as maneiras mais efetivas de tutelar o meio ambiente frente a um mundo globalizado não é meramente especulação. É também se preocupar com as futuras gerações, no mundo o qual as mesmas terão de conviver, pois é notório que se não houver algum tipo de medida mais eficaz e protecionista o meio ambiente ficará cada vez mais vítima das atividades que o degrada.

1.3 UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO

Há de se dizer ainda que o conceito de cidadania ambiental é um conceito em construção, que ainda não possui limites bem definidos e também não possui um modelo em definitivo de sua implementação. O que se têm são apenas conceitos que tendem a orientar essa nova e almejada forma no modo de pensar, nessa quebra de paradigma ética, como já foi demonstrado anteriormente.

Há que se dizer em conformidade com o que sugere Moura, Lima e Teixeira (2013), que foi apenas recentemente que a terminologia “cidadania ambiental” ingressou na temática de interesse no qual a sociedade se insere. Também se faz necessário dizer que passou a ser discutida sobre “forte influência internacional”,

pois a mesma sugere a necessidade de uma quebra de paradigma na forma na qual o homem se relaciona com a sociedade global em relação às questões ambientais. Há aqui a necessidade de se constituir uma nova ética global. Como já foi dito anteriormente.

Esse conceito, ainda em construção, de uma nova forma de tutelar o meio ambiente, como um direito fundamental, de todos, não está mais adstrito à ideia limitada do Estado-Nação, sendo assim uma noção de quebra de fronteiras.

O conceito abrange para aspectos globais, na tentativa de tutelar o meio ambiente em escala global, para que assim se possa tutelar esse bem tão importante para todos.

Em conformidade, têm-se:

O conceito de cidadania constitui-se por um complexo conjunto de direitos e de responsabilidades sociais não mais limitadas ao papel do Estado-Nação, e sim, pensado, **produzido e reproduzido em sentido mais amplo, globalmente** (MOURA; LIMA; TEIXEIRA, 2013, p. 9) [grifo nosso].

Nesse entendimento, pode-se dizer que a compreensão de “cidadania ambiental” não está diretamente ligada ao conceito fechado de Estado-Nação, conforme afirma Moura, Lima e Teixeira (2013). Esse conceito logo se expande para um sentido mais amplo, de forma global. Essa nova forma de cidadania é expressa em âmbito global.

Em conformidade ainda com tais autores, o conceito de cidadania ambiental e consequentemente a evolução do mesmo, possuem dois elementos que norteiam os mesmos. São eles a noção de Direito Ambiental e de educação ambiental. Ambos serão apresentados neste trabalho. Nesse sentido temos que abordar o conceito exposto pelas autoras:

No bojo da evolução conceitual da cidadania ambiental, dois eixos norteadores são de suma relevância: o Direito Ambiental e a Educação Ambiental. O Direito Ambiental é a parte do direito que estuda as interações do homem com a natureza e os mecanismos legais de proteção ambiental, umas das vertentes de sua origem são os **movimentos reivindicatórios dos cidadãos sobre as questões ambientais** (MOURA; LIMA; TEIXEIRA, 2013, p. 11) [grifo nosso].

Dessa forma se manifesta a necessidade de uma nova cidadania, como aduz os vários autores que foram citados neste trabalho, que se dedicam na temática ambiental.

É importante ainda destacar, em conformidade com Moura, Lima e Teixeira (2013), que a grande degradação do meio ambiente, tendo como exemplo a emissão de gases nocivos à camada de ozônio, queimadas etc., propicia ao Direito Ambiental a importante tarefa de tutelar à preservação o meio ambiente, para que se inibam tais atividades danosas, bem como tentar conservá-lo ao máximo.

Nesse sentido:

A devastação do ambiente em escala planetária faz com que o Direito Ambiental desempenhe papel relevante na preservação ambiental e manutenção de um ambiente equilibrado ecologicamente, bem como, na estruturação conceitual da cidadania a partir do momento que oferece elementos que oportunizam a defesa dos direitos coletivos e universais. Esses direitos foram ao longo da evolução da história da cidadania construindo-se pelas dimensões dos direitos que serviram de eixos norteadores de conquista do homem em busca dos ideais almejados (MOURA; LIMA; TEIXEIRA, 2013, p. 12).

Assim sendo, como base nas referidas autoras, a crescente degradação ambiental fomenta a necessidade de formas mais eficientes de tutelar o meio ambiente, pois há a necessidade de se tutelar esse bem em escala global, sem o limite das fronteiras, pois como foi dito, o meio ambiente não respeita limites territoriais.

O conceito de educação ambiental se constrói na necessidade de dialogar mecanismos que possam tutelar esse bem de forma mais efetiva, em escala global. Em outras palavras, a educação ambiental se baseia na busca de soluções, na busca de mecanismos que possam tutelar desse bem. Esse conceito auxilia na construção da cidadania ambiental, por assim dizer. Discutir formas de tutelar o meio ambiente, tendo em vista a problemática da soberania dos Estados, quebras de paradigmas, é exatamente a função que desempenha o conceito de Educação Ambiental.

Em conformidade:

Nesse sentido, a educação ambiental se fundamenta dentro da cidadania ambiental com meio de articulação de soluções, estratégias educativas no processo de conscientização social e política da formação do cidadão em relação ao seu papel frente à preocupação com a preservação do meio ambiente, por ser este antes de qualquer

coisa, **o direito humano mais importante existente no planeta, que é o direito a vida em todas as suas dimensões** (MOURA; LIMA; TEIXEIRA, 2013, p. 15) [grifo nosso].

Dessa forma, conforme tais autoras, “a cidadania ambiental se constitui como um processo em constantes transformações” (MOURA; LIMA; TEIXEIRA, 2013, p. 15). Não sendo um conceito fechado, essa noção abre oportunidades, através da educação ambiental, de se discutir formas de tutelar o meio ambiente.

Com a ideia de que a sociedade sempre se transforma e com ela a forma como o homem se relaciona com o ambiente, surge a premissa de que nos tempos modernos, devem-se surgir novas formas do homem interagir com o meio ambiente, a saber:

A cidadania ambiental é o processo de continuidade conceitual de cidadania, **dentro dos novos preceitos dos direitos do homem na sociedade, frente às demandas da relação com o meio ambiente.** A cidadania ambiental é extremamente complexa, vez que não se trata de um conceito estanque (MOURA; LIMA; TEIXEIRA, 2013, p. 16) [grifo nosso].

Assim, tem-se consciência de que a construção desse conceito de cidadania, bem como as formas de se implementar, em conjunto com o conceito de educação ambiental é uma tarefa árdua. Pois temos a ideia de que “a cidadania ambiental faz parte de um processo mais amplo de reconstrução da sociedade em consonância com as questões ambientais [...]” (MOURA; LIMA; TEIXEIRA, 2013, p.16). Essa ideia de reconstruir a sociedade, de forma a proteger o meio ambiente é um tanto quanto audaciosa, mas necessária, segundo tais autores.

Portanto não se pode esquecer, conforme foi dito no início do capítulo deste trabalho, que o Direito Ambiental está extremamente ligado às grandes conquistas sociais, a necessidade de uma quebra de paradigma no que toca a ética ambiental. Para que assim se efetue uma nova forma de proteger o meio ambiente.

Neste sentido:

Portanto, a cidadania ambiental se fundamenta historicamente no desenvolvimento conceitual de cidadania ao longo de grandes conquistas da humanidade sobre os direitos civis, políticos e sociais, assim como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que reflete através dos direitos fundamentais a evolução dos novos preceitos ainda não atendidos pelas novas dimensões do direito através de participar ativamente no meio onde se vive, resgatando direitos e **promovendo uma nova ética capaz de conciliar a**

natureza e a sociedade. (MOURA; LIMA; TEIXEIRA, 2013, p. 16) [grifo nosso].

Quanto às formas de eficácia e implementação desse modelo de Estado Ambiental, ainda se tem poucos materiais que retratam sobre o tema, ficando muito mais no campo ideológico, porém será exposto num próximo capítulo.

Por ora, este capítulo irá abordar as tentativas internacionais de tutelar o meio ambiente de uma forma mais multilateral, abrangendo aqui as tentativas globais de contenção de degradação ambiental, como o Protocolo de Quioto. Essa simples abordagem tratará do que foi o Protocolo de Quito e quais foram os seus respectivos resultados na tentativa de contenção de degradação ambiental. Irá se investigar então se tal tentativa colheu os frutos desejados.

1.4 O PROTOCOLO DE QUIOTO COMO TENTATIVA DE FREAR OS AVANÇOS DA DEGRADAÇÃO AO MEIO AMBIENTE

Conforme foi demonstrado anteriormente, as questões ambientais têm tomado corpo e se mostrado de importância para a comunidade internacional, por se tratar de um tema que interessa a todos. Para corroborar com esse entendimento, têm-se que:

Conforme já se demonstrou neste livro, as crescentes e abrangentes questões sócio-econômicas, ultrapassando os limites entre zonas, regiões ou territórios nacionais e as fronteiras entre países, assumem, a cada vez mais, notórias dimensões tanto nacionais e comparadas como comunitárias e internacionais (CUSTÓDIO, 2005, p.267).

Outro fator que foi decisivo para essa relação internacional com o meio ambiente, foi a elevada taxa de emissão de gases poluentes, que aumentam a temperatura média da terra. Tal questão foi fundamental para o que foi discutido e acordado no Protocolo de Quioto.

Contudo, e como se verá a seguir, tal tentativa até o presente momento se mostrou infrutífera. E ainda, será demonstrado que o mesmo perdeu suas forças com o decorrer do tempo, mostrando-se assim a dificuldade de se implementar políticas protecionistas ao meio ambiente como um todo sustentável, que almeja uma forma mais eficaz de tutela.

É possível encontrar também, ao alcance de todos os interessados, no site da ONG brasileira O Eco o que foi o Protocolo de Quioto e ainda como foi sua receptividade em escala internacional, bem como se foram alcançados todos os objetivos do presente tratado.

Em conformidade com o site do O Eco (2015), o Protocolo de Quioto é “um tratado internacional em que os países signatários se comprometeram a reduzir as suas respectivas emissões de gases de efeito estufa na atmosfera”. É um acordo derivado da “UNFCC”, que traduzido para o português se trata da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.

O mesmo foi negociado e dotado pelas partes em Quioto, Japão, na respectiva data de 11 de dezembro de 1997. O mesmo entrou em vigor em 16 de fevereiro de 2005.

O ideal por trás do Protocolo de Quioto é o de reduzir a degradação da camada de ozônio, bem como reduzir gases que provocam o efeito estufa. Nesse sentido:

O Protocolo de Kyoto determina que cada país tem uma meta a ser alcançada para a redução de gases de efeito estufa. Tal meta deve ser cumprida pelos países que, historicamente, mais emitiram gases de efeito estufa, que foram os países desenvolvidos (LIMIRO, 2012, p. 43).

O principal foco do tratado foi propor um calendário pelo qual os participantes deveriam reduzir as emissões globais em pelo menos 5,2% abaixo dos níveis que foram registrados no ano de 1990, devido ao fato dessas emissões terem preocupado a comunidade internacional pelo fato de aumentarem a temperatura média da terra. É importante salientar que muito embora a meta de redução seja coletiva, foram atribuídas a cada país metas diferentes, como por exemplo, temos que alguns países em desenvolvimento na época do tratado puderam aumentar suas emissões de gases (O ECO, 2015). Tais metas levavam em consideração se um país era desenvolvido ou em desenvolvimento.

Essa questão foi um fato controvertido dentro do protocolo, pois o mesmo permitia uma variação nas emissões de taxas, nesse sentido:

[...] este é um dos pontos que tornam o acordo controverso. As metas nacionais variam de 8% de redução para a União Europeia, 7% para os EUA, de 6% para o Japão, 0% para a Rússia, e permitiram

aumentos de 8% para a Austrália e 10% para a Islândia. Países em desenvolvimento, incluindo China e Índia, não foram obrigados a reduzir as emissões. Os Estados Unidos e Canadá negaram-se a ratificar o Protocolo de Quioto, sob a alegação de que os compromissos acordados seriam negativos para as suas economias (O ECO, 2015).

Outro fato que colaborou para que o tratado não fosse tão bem visto, tornando-o controverso, refere-se ao fato de que, como foi mencionado acima, os Estados Unidos e o Canadá não ratificaram o Protocolo, pois os mesmo alegaram que tais compromissos seriam “negativos para suas economias”.

Na tentativa de estabilizar os níveis de emissões de gases nocivos ao meio ambiente, o objetivo final do Protocolo de Quioto é a “estabilização das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera a um nível que iria parar a interferência antropogénica perigosa com o sistema climático” (O ECO, 2015).

O primeiro período do compromisso se deu nos anos correspondentes de 2008 a 2012, e se mostrou insuficiente, inclusive se deve dizer que tais níveis de emissões de gases até mesmo aumentaram. Tal fato mostrou que não havia nenhum sinal de desaceleração da emissão desses gases. E isso alarmou ainda mais a comunidade internacional sobre o tema.

O fracasso do Protocolo de Quioto mostrou-se um desafio às tentativas de transformar o modo como a sociedade se relaciona com o meio ambiente. Nesse sentido:

Como não foi alcançada, a estabilização das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera exige novas ações. O Protocolo de Quioto teria sido encerrado em 31 de dezembro de 2012, mas, durante a COP-18 teve sua duração estendida. Realizada em Doha, Qatar, em 8 de dezembro de 2012, foi adotada uma emenda ao Protocolo em que os membros concordaram que segundo período de compromisso se estenderá de 2013 a 2020 (O ECO, 2015).

Entretanto, insta mencionar uma importante diferença entre esse compromisso firmado por último, em face do primeiro. Da primeira vez que entrou em vigor, o protocolo foi ratificado por 192 países, no ano de 2005.

Porém, na última reunião, que foi realizada em Doha, no Qatar, no ano de 2012, houve uma redução significativa de países que ratificaram o Protocolo, a saber:

Neste período, as partes se comprometeram a reduzir as emissões de gases de efeito estufa em pelo menos 18% abaixo dos níveis de 1990. no período de oito anos a partir de 2013 e 2020. A composição dos países-membros, no entanto, não é a mesma: até fevereiro de 2015, apenas 25 países ratificaram o documento (O ECO, 2015).

Com efeito, em conformidade com Vieira & Bredariol (2006), pode-se dizer que o exercício de uma cidadania na seara de Direito Ambiental tem tido notáveis desafios, tanto em nível internacional como em nível nacional. Tutelar o meio ambiente e conciliar com os interesses particulares dos países e das empresas é uma tarefa árdua.

Como exemplo, têm-se as negociações internacionais entre os países. A essa parte do trabalho coube analisar uma em particular: O Protocolo de Quioto. Buscou-se aferir qual foi a premissa do protocolo, bem como se o mesmo conseguiu alcançá-los.

Assim, pode-se apresentar o seguinte argumento:

O exercício da cidadania tem tido na área de Meio Ambiente um de seus principais desafios que se expressam através da realização de diversas atividades. Entre elas, destacam-se as negociações internacionais entre países, como na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1992, as conquistas Estaduais e Leis Orgânicas dos Municípios [...] (VIEIRA; BREDARIOL, 2006, p.11).

Os resultados colhidos do Protocolo de Quioto demonstraram que é difícil uma negociação entre países que somente se comprometem a exercer determinada função. No caos do Protocolo de Quioto, o compromisso era de reduzir a quantidade de gases que aumentam a temperatura média da terra, que ocasionam o efeito estufa.

Assim, pode-se citar Marina Bezerra Salamé, que considera que o Protocolo de Quioto não foi suficiente para dar uma resposta ao aquecimento global.

Nesse sentido:

A resposta à questão do aquecimento global pretendida pelo Protocolo de Quioto se revela insuficiente. A racionalidade do Capital aceita o discurso ecológico, conjugado à dinâmica da economia de mercado, tão somente até o momento no qual permanecem intactos seus pressupostos fundamentais. Motivações econômicas prevalecem em detrimento dos benefícios que uma mudança efetiva nos meios de produção e na matriz energética mundial poderia

proporcionar à humanidade e ao meio ambiente como um todo (SALAMÉ, 2008, p.1).

Com relação a essa temática, Leite (2015) dispõe que os mecanismos atuais de preservar o meio ambiente necessitam de uma nova alternativa para que seja efetivo:

Percebe-se, claramente, **que há necessidade de o Estado melhor se organizar** e facilitar o acesso aos canais de participação, gestão e decisão dos problemas e dos impactos oriundos da irresponsabilidade política no controle de processos econômicos de exploração inconsequente dos recursos naturais **em escala planetária** (LEITE, 2015, p. 160) [grifo nosso].

A respeito da ineficácia que alguns estudiosos classificam o Protocolo de Quioto, insta mencionar Salamé (2008), que relata que o Protocolo de Quioto foi um passo na direção incorreta:

Mais do que representar uma tragédia, o acordo deveria representar um importante e decisivo processo das presentes gerações na realização das etapas iniciais de uma ação coletiva para que tanto essas gerações quanto as futuras pudessem viver em um Planeta equilibrado. Revela-se, desafortunadamente, como um tímido passo na direção incorreta (SALAMÉ, 2008, p.1).

Ficou demonstrada a insatisfação que permeia o protocolo de Quioto, que se procurou abordar nessa parte do trabalho, em conformidade com tais autores. Sendo assim, a doutrina de Direito Ambiental procura estabelecer qual seria o caminho a ser seguido, para que se efetive uma melhor forma de proteger o nosso ecossistema.

Essa nova forma de tutelar o meio ambiente seria por meio do exercício da cidadania ambiental, que passa pelo conceito de Estado de Direito do Ambiente, ou também chamado de Estado de Direito Ambiental. Também é baseado na ideia já apresentada das sociedades de risco. A forma que concretizaria esse modelo proposto será abordada no último capítulo deste trabalho.

No próximo capítulo se buscará estudar a jurisdição internacional, como se dá a relação entre os conflitos ambientais internacionais, que dentro de uma análise histórica, são recentes. Será analisada também a Corte Internacional de Justiça. Buscar compreender a forma pela qual o meio ambiente é tutelado através de tal

mecanismo também é imprescindível para uma melhor abordagem acerca da cidadania ambiental e sua forma de concretização.

2 A JURISDIÇÃO INTERNACIONAL E INCIDÊNCIA DA NORMA NO DIREITO BRASILEIRO

Após abordar o conceito de “cidadania ambiental”, neste capítulo será tratado acerca da jurisdição internacional e os meios pelos quais os Estados discutem normas, ações e impactos ambientais e suas respectivas repercussões no cenário internacional.

Não há um mecanismo internacional que efetive de forma cogente os Estados a cumprirem suas obrigações. Como será exemplificado mais adiante com a Corte Internacional de justiça. Pois segundo os estudiosos, “Na prática, sempre há a necessidade de um compromisso de ambas as partes aceitando a jurisdição da Corte para que a mesma seja acionada” (SIMIONI; LORENZET, 2008, p.165).

Logo, países que não submetem a mesma, não podem ser acionados. Em função dessa característica, surge o ensejo de se criar um novo instituto, que possa regulamentar e pressionar os Estados a não poluírem mais o meio ambiente, por medo de represálias.

Em razão disso, surge no mundo jurídico a figura da cidadania ambiental e os conceitos de Estado de Direito Ambiental, que se fundamentam no conceito de Educação ambiental, ambos já mencionados no capítulo anterior. Esse conceito de cidadania inclui também uma nova forma de tutelar o meio ambiente que se faz necessária devido às fortes agressões ao meio ambiente.

Sabido é que, motivos recentes e determinantes de grande impacto ambiental, como perda da biodiversidade, o derretimento de calotas polares, a incidência de gases nocivos à camada de ozônio, dentre outros, em conjunto com a necessidade de dar maior atenção às discussões ambientais, têm gerado conflitos entre os mais diversos países e por esse motivo as preocupações ambientais se tornaram mais corriqueiras em âmbito internacional.

Desta feita, tratados e convenções internacionais foram realizados com a finalidade de tentar restringir, na medida do possível, que aconteça uma maior degradação ao meio ambiente em decorrência da ação humana ou da falta dela, nos casos de prevenção.

É importante destacar que os instrumentos internacionais para a efetividade da tutela do meio ambiente ainda são ineficazes e geram discussões entre os Países signatários dos acordos e convenções, notadamente quando a discussão

afeta a esfera econômica, como a redução da produção e a consequente diminuição de ganhos. Essa questão foi presenciada no Protocolo de Quioto, no qual países em desenvolvimento ficaram descontentes com a ideia de reduzirem a produção. Os países desenvolvidos, por outro lado, acataram a ideia com menos empecilhos.

2.1 O DIREITO AMBIENTAL NA SEARA INTERNACIONAL

Em conformidade com Casella, Silva e Accioly (2008), pode-se dizer que o direito internacional do meio ambiente teve um notável avanço, principalmente no que diz respeito às tentativas de regulamentação e positivação das normas atinentes à proteção do meio ambiente.

Diante da total degradação ambiental e os impactos sociais que dela decorrem, as negociações entre os países têm aumentado significativamente.

Nesse sentido:

O desenvolvimento do direito internacional do meio ambiente coloca-se dentre os mais significativos das últimas décadas, porquanto, praticamente inexistente até 1972, tornou-se parte central do direito internacional, no contexto pós-moderno, e tema recorrente das negociações e esforços de regulamentações de caráter tanto interno como internacional. Desnecessário frisar o papel crucial deste, desde que se lhe assegure a efetividade institucional e normativa, visando a sobrevivência da vida no planeta (CASELLA; SILVA; ACCIOLY, 2008, p. 635).

Partindo desse entendimento, pode-se afirmar que existe atualmente uma crescente preocupação com as questões ambientais, bem como os danos causados ao meio ambiente, principalmente no “contexto pós-moderno”, conforme afirma Casella, Silva e Accioly (2008).

Essa importância crescente do meio ambiente é mera consequência do uso desenfreado dos recursos naturais, que muitas vezes demoram em retornar a sua naturalidade, como por exemplo, a poluição de rios e mares ou o lançamento de gases nocivos à camada de ozônio.

Podemos dizer, numa primeira análise, que o movimento de globalização entre os países, deve se comunicar de forma cada vez maior e conjunta com a temática ambiental, demonstrando mais uma vez o caráter transdisciplinar do tema. O meio ambiente é por si só uma questão de ordem mundial (LEITE, 2015).

Esse caráter transdisciplinar do Direito ambiental é muito bem esclarecido por Paulo de Bessa Antunes, outro importante nome do Direito Ambiental brasileiro. Em conformidade:

O Direito Ambiental, diferentemente das áreas tradicionais do mundo jurídico, **é dotado de uma fortíssima característica transdisciplinar, pois não reconhece fronteiras entre diferentes campos do saber humano**. Diversas áreas do conhecimento humano estão diretamente envolvidas nas questões ambientais e, por consequência, na legislação ambiental (ANTUNES, 2005, p. 31) [grifo nosso].

Isso permite dizer que a temática ambiental é dotada de várias áreas do saber. Ter essa noção conduz à necessidade de interagir o meio ambiente com novas formas de tutelá-lo, por sua complexidade e urgência.

Logo, tratar de globalização se insere com mais facilidade dentro do tema. É um movimento no qual o Direito Ambiental se manifesta.

O entendimento de Braga (2011) corrobora para essa análise. Direito ambiental está intimamente ligado à ideia de globalização. E não se prende somente a essa seara. O movimento de globalização está de certa forma correlacionada às diversas facetas do saber, como por exemplo, à política, à economia e até mesmo aborda a questão cultural.

Ainda em conformidade com a autora, esse movimento crescente de globalização se traduz num encurtamento de distâncias geográficas e de tempo. O papel da globalização em virtude dos avanços tecnológicos, bem como da crescente degradação ambiental vem fomentando a preocupação com o meio ambiente, que cada vez mais vem sofrendo com a influência do homem.

Nesse sentido:

Nesse contexto, **o meio ambiente é um tema global por excelência, já que a natureza é uma só e pertence a todos os habitantes do planeta**. O meio ambiente acaba por tangenciar os interesses de todos. Inclusive, nessa esteira, foi no meio internacional que o movimento ambiental foi gestado (BRAGA, 2011, p.1) [grifo nosso].

Posto isso também se afirma, com base na referida autora, que o interesse no meio ambiente é de natureza global, tanto que foi em âmbito internacional que tal tema recebeu tamanha importância. A própria noção de meio ambiente já se torna

algo que transcende limites territoriais e a busca por tutelar desse bem em âmbito internacional se fez mais que necessária. Por isso da importância da Conferência de Estocolmo.

Pode-se ainda afirmar, com base em Casella, Silva & Accioly (2008), que a preocupação com o meio ambiente em nível internacional, “não possui um marco inicial claro” (p. 637). Contudo, há de se dizer que a Conferência de Estocolmo, realizada no ano 1972, tornou-se um marco para a necessidade de uma conscientização ambiental global, por ser o primeiro documento internacional que reconheceu o direito humano ao meio ambiente equilibrado, saudável e sustentável. Na qual tal direito possa permitir a vivência do homem com dignidade, frente às crescentes evoluções de tecnologia e poluição.

Ainda em conformidade com os referidos autores, pode-se também dizer que esse despertar para as questões ambientais, mesmo que atrasada, tem muita relação com a forma de cultura do próprio homem, numa análise histórica.

Se preocupar com as questões ambientais nunca foi uma prioridade para o homem dito como civilizado. Analisando a história do ser humano, através das colonizações, o entendimento de ser civilizado era de estar afastado do modo de vida ligado à natureza, ao meio ambiente. Tanto que para os colonizadores, a população que estava em contato mais direto com o meio ambiente eram considerados “selvagens” (CASELLA; SILVA; ACCIOLY, 2008).

O pensamento que permeia a atualidade, segundo os autores, é que para se viver em progresso, era necessário que houvesse um desligamento do meio natural. Esse pensamento permanece inconscientemente até hoje, fazendo que ocorresse um distanciamento do ser humano da natureza, assim causando uma ruptura com o meio ambiente. Em outras palavras, o significado de modernidade se contradiz com o de “meio natural”, conforme os autores. O homem para ser considerado moderno e civilizado não deveria estar inserido num contexto de natureza.

Nesse sentido:

Este despertar tardio para a forma com que se vinha até então lidando com o meio ambiente se confunde com a própria história do homem. Basta lembrar que as sociedades ocidentais, de forma geral, não eram muito apegadas ao meio natural. O padrão euro-centrista de civilização, **imposto às diversas regiões do mundo, sempre foi pautado por essa indiferença em relação à natureza.** Os povos indígenas da América, assim como os reinos e tribos africanas e mesmo algumas sociedades milenares e culturas tradicionais da Ásia,

chegaram a ser considerados “selvagens”, **porque o padrão europeu de progresso e civilização era invariavelmente atrelado à desvinculação do homem com o meio natural** (CASELLA; SILVA; ACCIOLY, 2008, p. 637) [grifo nosso].

Com efeito, pode-se dizer que toda conduta, de se distanciar do meio ambiente para ser um homem civilizado, influenciou na degradação do meio ambiente na modernidade, com altos níveis de degradação.

Nos últimos anos, tentou-se de forma ostensiva dirimir tais conflitos, na forma de tratados e convenções internacionais. Como a histórica Conferência de Estocolmo, já citada no presente trabalho.

Assim, após a análise das questões ambientais em nível internacional, bem como quais foram os primeiros movimentos acerca do tema em tal âmbito, há que se adentrar na questão da jurisdição internacional, bem como se dá a resolução de tais conflitos em ordem internacional.

2.2 A JURISDIÇÃO INTERNACIONAL POR INTERMÉDIO DA CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA

Nesse tópico será analisado como se resolvem tais conflitos internacionais, os mecanismos pelos quais os países entram em acordo, e como são tutelados os interesses sobre a questão ambiental, que vêm ganhando mais espaço em nível internacional.

Deve-se salientar, num primeiro momento, em conformidade com Simioni e Lorenzet (2008), que há uma diferença entre a noção de jurisdição em âmbito interno e âmbito externo, quando falamos de Direito Internacional. Principalmente pelo fato de que em âmbito internacional, a questão entre *jurisdição* e *competência* se confundem.

Para corroborar com o que foi dito até aqui, pode-se citar o seguinte entendimento:

No direito interno, a jurisdição está ligada diretamente ao elemento território, e, a competência, delimita o exercício desta jurisdição. Já, no direito internacional, jurisdição e competência se confundem, criando um conceito único. Internacionalmente, os Estados não são subordinados a um ordenamento, o que ocorre é um acordo entre os poderes (SIMIONI; LORENZET, 2008, p. 161).

Tais questões, principalmente os litígios sobre conflitos ambientais e ecológicos são os principais e também mais tradicionais do Direito Internacional. Como já foram amplamente abordadas neste trabalho, as questões ambientais têm se tornado o foco das questões internacionais, que se mostram preocupados com a crescente degradação do meio ambiente. Que os Estados estão cada vez mais preocupados com as questões ambientais, isso é um grande fato.

Em conformidade:

O tema da solução de litígios internacionais, principalmente os que dizem respeito a conflitos relacionados aos problemas ecológicos, tem sido um dos mais tradicionais do Direito Internacional. Isso se deve, principalmente, à **crescente preocupação dos Estados com a preservação do meio ambiente** e às modificações ocorridas nas relações internacionais, tais como inovações acerca do conceito de soberania e a emergência nas relações intergovernamentais (SIMIONI; LORENZET, 2008, p. 162) [grifo nosso].

É importante também mencionar que os mecanismos atualmente postos a disposição dos Estados em geral são pacíficos, tendo em vista que o uso da força em tais aspectos é um perigo e que atinge nível global.

Qualquer desavença em nível internacional é tentada se solucionar da forma mais pacífica possível, para que os conflitos possam ser resolvidos da forma menos danosa para todos os Estados que estão envolvidos em um conflito internacional. Tal aspecto é notável, pois não existe tecnicamente nenhum mecanismo supranacional, que efetive o cumprimento de determinada sentença, coagindo os Estados a cumpri-la (SIMIONI; LORENZET, 2008). Essa é a premissa básica para a solução dos conflitos internacionais, para a compreensão da matéria.

Nesse sentido:

Ao se falar em resolução de conflitos internacionais, nos direcionamos especificamente aos mecanismos pacíficos para que se atinja a resolução desses conflitos. Se os Estados resolvessem optar pelo uso indiscriminado da força para alcançar seus ideais, toda a humanidade sairia prejudicada, **uma vez que não existe hoje uma ordem superior que possa obrigá-los a agir juridicamente** (SIMIONI; LORENZET, 2008, p. 162) [grifo nosso].

Desta forma, pode-se dizer também que os conflitos sobre o meio ambiente em âmbito internacional surgem quando ocorre um dano feito por um Estado ao

meio ambiente, dano esse que pode comprometer o meio ambiente seriamente. A partir desse momento, Estados que se sintam lesados podem reagir a tal fato.

Também há de se falar que o descumprimento de tratados que tratam das questões ambientais também podem ser o motivo dos conflitos internacionais, quando um ou mais Estados não obedecem ao que foi firmado.

Como as questões ambientais são de profunda importância para o futuro das gerações, surgem na doutrina pensadores que se mostram favoráveis à uma jurisdição superior que venha a tomar decisões, buscando soluções em razão destes conflitos, cada vez mais presentes, e urgentes, no mundo.

Nesse sentido:

Os conflitos internacionais ambientais surgem a partir da reação de um ou mais Estados frente a um dano ao meio ambiente provocado por outro Estado que possa vir a comprometer seriamente a vida no planeta. Por vezes também, os conflitos internacionais ambientais ocorrem a partir de atitudes de desrespeito a tratados acerca da proteção ambiental firmados por estes Estados ou diante de ações destes que venham a contrariar interesses políticos ou econômicos de determinado país. Nesse contexto, algumas correntes têm-se posicionado de forma **favorável a uma jurisdição superior que venha a tomar decisões no âmbito internacional no sentido de buscar soluções para estes conflitos ambientais** que têm surgido entre os Estados (SIMIONI; LORENZET, 2008 p. 162) [grifo nosso].

Deve-se citar aqui também a Convenção de Viena, a qual regulamentou o direito dos Tratados. Adotada em 22 de maio de 1969, a mesma codificou o direito internacional ao que se refere aos tratados internacionais. Essa convenção impôs quais as regras deveriam ser adotadas em caso de descumprimento dos mesmos (SIMIONI; LORENZET, 2008).

Em conformidade com Casella, Silva e Accioly (2008, p. 190), “a Convenção de Viena sobre direito dos tratados representa marco relevante e progresso significativo na história da codificação do direito internacional”.

É importante frisar que quando ocorre o descumprimento de qualquer imposição feita por um tratado ou qualquer diretriz, e em ausência de autoridade competente, a comunidade internacional pode, através da ONU, intervir para que se cumpra o que foi pactuado (SIMIONI; LORENZET, 2008).

Ainda se faz importante mencionar que “as controvérsias relativas aos tratados, tais como controvérsias internacionais, devem ser solucionadas por meios pacíficos [...]” (CASELLA; SILVA; ACCIOLY, 2008, p. 191). Tal prerrogativa é

importante para a compreensão de como se resolvem os conflitos em nível internacional. Logo, para a solução pacífica das controvérsias em nível internacional, poderão os Estados se direcionarem a Corte Internacional de Justiça (SIMIONI; LORENZET, 2008).

Sediada em Haia, Holanda, a Corte Internacional é o principal órgão judiciário das Organizações das Nações Unidas, em conformidade com Simioni & Lorenzet (2008). Insta dizer que a mesma é composta de quinze juízes internacionais, que são eleitos pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Segurança. Os mandatos desses juízes internacionais são de nove anos. Insta dizer também que a Corte possui um funcionamento permanente (DALLARI, 2007).

Nesse sentido:

O exercício da jurisdição da Corte Internacional de Justiça encontra, como principal problema, o fato de que ela não se instala de forma automática, pela vontade de um Estado e contra a vontade de outro. Na prática, **sempre há a necessidade de um compromisso de ambas as partes aceitando a jurisdição da Corte** para que a mesma seja acionada. O simples fato de esta via de solução pacífica de controvérsias estar prevista em tratados e convenções internacionais, não proporciona a um Estado o direito de ativar unilateralmente aquele tribunal (SIMIONI; LORENZET, 2008, p.165-166) [grifo nosso].

Não é novidade que nos últimos anos os conflitos ambientais têm tomado conta das questões jurídicas internacionais, ainda em conformidade com os referidos autores.

E por esse motivo, a Corte Internacional de Justiça vem sendo acionada pelos países a fim de procurar dar alguma solução para esses conflitos.

Para corroborar com esse entendimento, temos:

Só pela Nova Zelândia, em um período de 20 anos, a Corte Internacional de Justiça, foi acionada por duas vezes, em 1974 e em 1995, em decorrência dos testes nucleares realizados pela França em áreas do Pacífico Sul. Embora a Nova Zelândia não tenha conseguido a condenação da França, esta sofreu inúmeras críticas de ecologistas do mundo inteiro, que solicitavam, ao menos, a diminuição do número de testes [...] (SIMIONI; LORENZET, 2008, p. 166).

Ainda há que se citar, em conformidade com os referidos autores, as questões envolvendo a Argentina e Uruguai, que desde o ano de 2006 vêm tentando resolver conflitos perante a Corte Internacional de Justiça, em relação à poluição do

Rio Uruguai, que segundo a Argentina, estava sofrendo risco de poluição (SIMIONI; LORENZET, 2008).

Sobre esse litígio, têm-se:

Isso porque em maio de 2006 a Argentina protocolou petição junta a Corte alegando supostas violações cometidas pelo Uruguai ao Tratado do Rio Uruguai firmado entre os dois países em fevereiro de 1975. O tratado estabelece mecanismos para a melhor utilização da parte do Rio que é fronteira entre os países. A divergência entre eles iniciou a partir da autorização pelo Uruguai para a instalação de duas fábricas de celulose no rio. A Argentina apoia-se na alegação de que as fábricas irão prejudicar o meio ambiente poluindo o rio (SIMIONI; LORENZET, 2008, p. 166).

Vale lembrar também que a Corte não reconheceu nenhum perigo eminente na época, principalmente alegando que a Argentina não conseguiu provar de forma satisfatória os perigos que tais indústrias poderiam causar no Rio Uruguai, bem como se tais riscos eram irreversíveis, ocasionando uma grande degradação ambiental. Todavia, também se deixou claro que qualquer prejuízo ao meio ambiente seria de responsabilidade do Uruguai (CAPELLI, 2007).

Com isso, podemos perceber que os conflitos internacionais relativos ao meio ambiente estão na maioria dos casos relacionados às indústrias, bem como a possível atividade danosa ao meio ambiente.

Em conformidade com Simioni & Lorenzet (2008), podemos afirmar que a Corte Internacional de Justiça tem uma importante tarefa em solucionar os conflitos internacionais, de forma pacífica. Porém nem sempre esses resultados são efetivos, como podemos perceber, além de que devem ser efetuados de maneira conjunta, de forma colaborativa.

Porém, conforme já dito anteriormente, o principal calcanhar de Aquiles da Corte Internacional de Justiça é que ambas as partes necessitam aceitar a intervenção da Corte (SIMIONI; LORENZET, 2008). Dessa forma, a questão se torna mais cautelosa e frágil.

Elementos de coerção fazem parte de um anseio da população, que busca com que os países, as grandes indústrias possam então tutelar o meio ambiente de uma forma mais satisfatória, para que nenhuma degradação séria e irreversível possa acontecer, em conformidade com a Teoria da Sociedade de Risco, já esplanada no capítulo anterior desse trabalho, que trata da cidadania ambiental. Trata-se de um anseio global e urgente acerca das questões ambientais.

Por ora, este trabalho se restringe a esses aspectos acerca da Corte Internacional de Justiça e a sua jurisdição. Frise-se aqui que muito embora seja um avanço nas relações internacionais, ainda há um anseio pelo qual a doutrina ambientalista almeja, bem como os ecologistas e defensores do meio ambiente. Algo que será tratado melhor no terceiro e último capítulo deste trabalho.

Em conformidade com o que está expresso no título desse capítulo, será tratado a seguir da incidência da norma no direito brasileiro, como isso se dá, bem como quais foram os avanços provenientes da nossa Constituição de 1988. Será tratada então da incidência da norma em território nacional.

2.3 A INCIDÊNCIA DA NORMA NO DIREITO BRASILEIRO COM BASE NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Nessa parte do trabalho será feita uma análise de como se dá a incidência da norma, no caso em questão os tratados internacionais nos quais o Brasil seja signatário, pois como já foi exposto, em âmbito internacional as questões e resoluções de conflitos se dão de uma maneira mais pacífica possível, e na maioria dos casos, esses acordos são elaborados por tratados internacionais. Partiremos então do ponto no qual o direito ao meio ambiente sadio, equilibrado, possui caráter de direito fundamental.

Insta dizer que a Conferência de Estocolmo foi de grande importância. Cada vez mais, no decorrer dos últimos anos que se seguiram, foi dada a devida importância e consciência de que o meio ambiente é comum a todos os povos, indistintamente, o mesmo possui extrema importância entre as sociedades e para o futuro do planeta, em conformidade com Ana Carolina Couto Matheus (2007).

Ainda em conformidade com a referida autora, podemos dizer que depois da Conferência de Estocolmo, a importância que é dada ao meio ambiente é cada vez mais evidente. Não podemos nos esquecer dos avanços da temática dos direitos fundamentais que ocorreram após a 2ª Guerra Mundial.

Em decorrência da Segunda Grande Guerra Mundial, as atrocidades que foram cometidas durante a mesma foram objeto de atenção perante a sociedade mundial. Depois de a mesma ter chegado ao fim, os direitos fundamentais se tornaram o grande chamariz da comunidade internacional (MATHEUS, 2007).

Tanto que o direito ao meio ambiente equilibrado é considerado por alguns doutrinadores como uma nova forma de direito fundamental, tendo em vista que a Declaração de Estocolmo abriu o caminho para que possíveis novas Constituições possam reconhecer tal direito como um dentre os vários direitos do homem. Vale ressaltar também que a Constituição Federal de 1988 consagrou o direito ao meio ambiente equilibrado como um direito fundamental no seu art. 225, *caput*. E esse avanço na questão ambiental provém de um raciocínio lógico, pois sem um meio ambiente sadio, dificilmente o ser humano terá condições mínimas de sobrevivência.

Nesse sentido:

O direito ao meio ambiente sadio e equilibrado trata-se de um corolário do próprio direito à sobrevivência humana. Não havendo condições ambientais propícias, nem recursos naturais produzidos pelo meio, é impossível a manutenção da vida humana (MATHEUS, 2007, p. 20).

Há que se citar a Emenda Constitucional n. 45, realizada no ano que 2004. A referida emenda instaurou o parágrafo terceiro no artigo 5º da Constituição Federal. O mesmo considera que tratados internacionais, bem como convenções internacionais, que forem aprovadas em cada casa do Congresso em dois turnos e também com três quintos dos votos, “serão equivalentes às emendas constitucionais”.

Tal parágrafo representou um avanço no sentido de tutelar os direitos humanos, bem como os referentes ao meio ambiente, em âmbito de direito interno. Porém os tratados e convenções internacionais carecem de uma eficácia maior, conforme já foi abordado nesse trabalho.

Tais mecanismos não se mostram com total eficácia na seara internacional, o que fomenta na doutrina uma nova forma de se realizar a tutela do meio ambiente, garantindo assim uma tutela mais efetiva.

Nesse sentido:

O plano internacional sempre esteve em estreita relação com o direito ambiental. Inicialmente figurou como motor a que os Estados incorporassem o tema nos ordenamentos pátrios, ocasião em que o direito ambiental se esgotava no campo da jurisdição estatal. Posteriormente, o titular do direito ambiental passou a ser a comunidade internacional, através da celebração de inúmeras convenções internacionais referentes ao meio ambiente. **Referidos compromissos, contudo, carecem de instrumentos de coerção. Nesse diapasão, há quem sustente que o direito ambiental**

caminha para uma feição planetária, com a imposição coercitiva de normas ambientais por uma autoridade ambiental mundial. A expansão justifica-se com a coincidência do âmbito da problemática com o da sociedade (BRAGA, 2011, p.1) [grifo nosso].

Assim, pode-se afirmar com base na referida autora, que o caminho a ser trilhado pelo direito ambiental, em nível internacional, vem sendo discutido recentemente. As degradações, que são irreversíveis, vêm fomentando uma nova forma de tutelar o meio ambiente em nível internacional.

Foi o que se procurou apresentar no primeiro capítulo deste trabalho. A terminologia de “cidadania ambiental” vem sendo discutida em nível global, tendo em vista das crescentes discussões acerca do tema em âmbito internacional. Tal problemática se faz necessária quando analisamos os rumos que o uso desenfreado dos recursos naturais, bem como a falta de cuidados necessários ao controle desses mesmos recursos, bem como os cuidados necessários para que não se passe dos limites que o meio ambiente pode suportar. Exemplos não faltam. O lançamento de gases poluentes, que degradam a camada de ozônio, gases que aumentam o efeito estufa dentre outros. A importância de se tutelar o meio ambiente de forma mais eficaz nunca esteve tão em pauta.

Embora no primeiro capítulo deste trabalho tenha sido também explicado que a terminologia “cidadania ambiental” seja um conceito ainda em construção, há autores que tentam mostrar diretrizes para sua concretização.

É justamente sobre essa questão que o próximo capítulo irá tratar. Discutir formas de implementação sobre as políticas ambientais, com foi explanado no primeiro capítulo, faz parte do conceito de educação ambiental. Discutir mecanismos para que o meio ambiente tenha uma tutela mais eficaz, que correspondam aos anseios da sociedade global, que busca proteger o meio ambiente, para que o mesmo seja equilibrado e sadio.

3 CONCRETIZAÇÃO E DINAMISMO DA CIDADANIA AMBIENTAL COMO FORMA DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

Por último, mas não menos importante, irá ser tratada a forma pela qual a cidadania ambiental pode ser instaurada. Logo, também serão realizadas as ressalvas e apontamentos feitos por José Rubens Morato Leite (2015), na obra que mais aborda o tema do presente trabalho.

Por tudo que foi dito até aqui, não convém apenas ressaltar a importância do tema. O meio ambiente vem tomando proporções cada vez maiores e mais urgentes. Sabe-se também, conforme foi dito no primeiro capítulo, que discutir formas de efetivação da “cidadania ambiental” faz parte do processo de educação ambiental. Logo, qualquer discussão é válida. Discutir sobre um meio em nível internacional que tutele o meio ambiente possui sua importância, sobretudo no meio acadêmico.

Neste momento insta dizer que a análise desse tema, que em tese pode ser abrangente, é muito natural. O Direito Ambiental possui tal característica. Esse fator sem sombras de dúvidas deve ser levado com consideração (LEITE, 2015). O Direito Ambiental não se limita a uma questão, como pode ser observado nesse trabalho. Ignorar os vários pontos do tema tratado seria injusto com o tema em questão, de muita importância.

Nesse sentido:

[...] a racionalidade jurídica na esfera do ambiente ultrapassa um olhar técnico, dogmático e monodisciplinar, havendo a necessidade de se adotarem noções oriundas de outras áreas do saber, buscando com isso compreender a crise ambiental através de uma visão transdisciplinar e de um enfoque mais sociológico do risco. Acredita-se que, escapando da técnica e da racionalidade jurídica tradicional, estar-se-á examinando temas constitucionais de uma forma mais completa, considerando principalmente as novas tendências trazidas pelas particularidades do bem ambiental a ser protegido pelo Estado, Direito e Sociedade (LEITE, 2015, p. 157).

Portanto, deve-se dar o valor de tais temas é de importância significativa, principalmente por difundir o assunto, debatendo propostas, examinando as problemáticas, faz parte do processo de educação ambiental. Deve-se ter a consciência de que o planeta sofre a cada dia. Não se pode deixar de não refletir

sobre essa problemática que o mundo moderno vive, ignorando as novas necessidades de tutela do meio ambiente.

No presente capítulo irá ocorrer o aprofundamento nesse quesito, a fim de concluir o tema desse trabalho, que procura abordar a cidadania ambiental como uma nova forma de tutelar o meio ambiente frente às novas necessidades de um mundo globalizado, mais interligado do que nunca.

3.1 A PROPOSTA DA CRIAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE MUNDIAL

Uma propositura para a efetivação da chamada cidadania ambiental é a criação da OMAM (Organização do Meio Ambiente Mundial, em português). Apresentada pela escritora Seline Nicole Martins Soares, que já lançou livros em colaboração com José Rubens Morato Leite, um dos maiores nomes em âmbito de Direito Ambiental no Brasil, como por exemplo, “Direito Ambiental Contemporâneo”.

A autora se formou em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria e possui mestrado em Integração Latino-Americana na mesma universidade, na linha de pesquisa em Direito Ambiental Internacional, além de ser Especialista em Educação Ambiental e Especialista em Direito Constitucional Aplicado.

A proposta de criação dessa Organização do Meio Ambiente Mundial possui em seu íntimo a noção de que é necessária a efetivação da cidadania ambiental. Ser cidadão ambiental é tutelar em nível internacional acerca dos direitos difusos, protegendo-os.

Segundo a referida autora, “ainda não existe uma cidadania global. Não existe uma cidadania ambiental global. Ainda não existe uma cidadania do mundo” (SOARES, 2013, p.4).

Em conformidade com a autora, uma nova realidade está se configurando, dando mais espaço aos novos anseios. Proteger o meio ambiente de mais degradação, na maioria irreversível, é de imensa prioridade e deve ser realizado o mais rápido possível.

Dessa forma, existe o anseio, segundo a autora, de uma nova sociedade internacional, que irá se esforçar para concretizar o desejo de tutelar os interesses comuns difusos, como por exemplo, o direito ao meio ambiente equilibrado. Para a autora, essa busca é em defesa ao meio ambiente.

Nesse sentido:

A luta em defesa ao meio ambiente, esse sentimento de amor que une as pessoas na mesma causa e razão de ser é o elo que poderá embasar a cidadania única no mundo, **a cidadania ambiental de todos os Estados nacionais, ao menos no que tange os interesses ambientais comuns**. Estes Estados que são nacionais e que têm a sua própria cidadania e soberania estão se modificando diante de uma nova realidade, de uma nova sociedade internacional, em que se exclui a globalização de interesses econômicos e se inclui a Aldeia Global de interesses comuns difusos (SOARES, 2013, p. 4) [grifo nosso].

Como se verifica, uma nova realidade é necessária, a fim de tutelar o meio ambiente de uma forma mais segura. Em conformidade com o que foi relatada no primeiro capítulo deste trabalho, uma nova ética é necessária. Fala-se aqui de proteger um bem comum a todos, que necessita de uma forma mais eficaz de tutela, para que assim proteja o meio ambiente.

Já foi citado no primeiro capítulo deste trabalho o autor Octavio Ianni (2001), em Teorias da Globalização, no qual o autor elabora sua visão de globalização, de *desterritorialização*. Esse conceito também corrobora para a criação de tal organização. O meio eletrônico, a internet é a maior prova de que o mundo está cada vez mais interligado, formando o que o mesmo conceitua como a *aldeia global*. Essa *aldeia global* perde as noções de limites territoriais, uma vez que a tecnologia interliga os povos. É um processo natural da evolução do ser humano (IANNI, 2011).

A autora também demonstra o poder da internet, que interliga as pessoas, que une os povos, cria novas possibilidades, inclusive de protestar sobre os seus direitos.

Nesse sentido:

Atualmente, a internet tem sido valioso instrumento de reivindicações polarizadas por vários segmentos da sociedade, de várias sociedades, de diferentes pessoas em diferentes locais, simultaneamente. Ao mesmo tempo, pessoas de diferentes nacionalidades, movidas pelo mesmo sentimento, de amor ao Planeta Terra, podem se conectar e protestar, fazer parte de abaixo assinado, e convocar as populações para saírem às ruas de vários Estados nacionais e expressarem os seus pensamentos (SOARES, 2013, p.4).

Negar a importância da tecnologia nos processos de reformulações e reconfigurações da sociedade moderna se torna cada vez mais difícil. A

comunicação no mundo moderno mudou. Ainda em conformidade com a autora, é nesse momento em que surge a necessidade dessa nova forma de cidadania, principalmente quando se trata de proteger as questões ambientais. O marco para a nova ética, a ética ambiental, dita no primeiro capítulo, se encaixa justamente aqui.

Para a autora, a globalização em conjunto com uma nova forma de pensar produz o cidadão ambiental, que não está circunscrito a determinada região do globo terrestre. Está totalmente interligado com o mundo, seja através de tecnologia, seja através de uma nova postura ética para consigo mesmo, para com o meio ambiente e para com as futuras gerações.

Nesse sentido:

Eis que surge o cidadão do mundo, não da globalização, mas da Aldeia Global, pois este tem uma nova postura, uma nova consciência de si e do outro, de si e do Planeta. Um ou uma, ou umas e uns sujeitos de direito difuso, **a cidadania ambiental não está restrita a um território, mas está vinculada aos interesses transindividuais na luta de todos por um meio ambiente saudável** (SOARES, 2013, p. 4) [grifo nosso].

A referida autora também dá sugestões de como deveria funcionar tal organismo. A Organização do Meio Ambiente Mundial seria um sujeito de direito internacional público, o qual tutelaria os interesses difusos referentes ao meio ambiente equilibrado.

Nesse sentido:

Visa-se coma criação deste órgão internacional, a possibilidade de um indivíduo, ex-oprimido ambiental, enquanto cidadão do meio ambiente mundial, se fazer representar a sua própria defesa por si só, em prol dos interesses difusos, diante deste novíssimo sujeito de direito internacional público, qual seja a Organização do Meio Ambiente Mundial (SOARES, 2013, p.4).

A Organização também terá novas regras referentes à tutela diplomática, em se tratando de interesses difusos referentes ao meio ambiente. Segundo a autora, com a criação desse novo órgão internacional, dispensa-se-ria a proteção diplomática do Estado quando se tratasse de tutela ambiental. Aqui entra a noção de que a cidadania ambiental estaria adstrita de território. Interesses ambientais seriam reportados à organização, sendo então um interesse de todos.

Dessa forma, com a concretização dessa organização, haveria uma mudança substancial na forma com que seria tutelado o meio ambiente, bem como as noções de proteção ambiental.

Em conformidade:

No âmbito internacional, a tutela diplomática do cidadão nacional é feita pelo Estado nacional de origem, que se quiser, diante dos critérios da oportunidade e conveniência fará discricionariamente a sua defesa. Dispensa-se, com a criação deste órgão internacional, a proteção diplomática do Estado nacional de origem, mesmo que se trate de um evoluído Estado Ecológico de Direito, pois este cidadão é o cidadão da Aldeia Global, não se tratará de um cidadão nacional de determinado Estado, mas sim de um cidadão ambiental do mundo, que não se limitará a interesses locais, mas além deste, ele lutará pelo interesse global [...] (SOARES, 2013, p.4).

Conforme foi demonstrado, a forma de tutela do meio ambiente sofreria uma grande mudança em nível internacional. As noções de território e nacionalidade seriam modificadas quando se tratassem de questões ambientais, pois levaria à máxima a noção do meio ambiente ser um bem comum a todos.

Nesse sentido, não sealaria de nacionalidade, o conceito de cidadania ambiental aduz a questão de todos fazermos parte do Planeta, e com isso, a tutela do meio ambiente seria de uma nova forma, em nível internacional.

Também é retratado pela autora como se daria essa cidadania, em termos práticos. A autora deixa claro que haveria um “cartão digital e senha” pelos quais o cidadão ambiental poderia requerer a tutela do meio ambiente, não só de sua localidade, mas também de qualquer região do globo.

Nesse sentido:

Se o Estado de Direito Verde é signatário de instrumentos internacionais ambientais, o cidadão ambiental global cadastrado na OMAM, de posse de instrumentos como cartão digital e senha, poderá efetivamente ter participação através de procedimentos virtuais de fiscalizar a implementação das políticas, diretivas e resoluções desta organização na esfera interna do Estado Democrático de Direito Ambiental. Se o indivíduo é cadastrado como se fosse um preposto do Estado membro sócio, então, ele poderá participar de forma direta, monitorando o voto eletrônico do seu respectivo Estado e de todos os outros, as decisões de interesse interno e externo da OMAM, ou poderá, se tiver direito à voz, eleger quem o represente, ainda, poderá fazer denúncias via internet, ou participar via internet de movimentos em prol da natureza, acompanhando a tudo [...] (SOARES, 2013, p. 4).

A referida autora deixa claro que as questões seriam pertinentes apenas na seara ambiental, para que tal tutela seja efetivada, de forma a conseguir suprir os anseios modernos da sociedade. A autora também deixa claro que o Estado que descumprir qualquer que seja os princípios ou diretrizes da organização “deverá sofrer retaliações pela OMAM, de ordem moral e econômica” (SOARES, 2013, p.4). Também fica claro, em conformidade com a autora, que a OMAM teria uma Corte Internacional de Justiça Ambiental.

Em conformidade:

A OMAM deverá ter uma Corte Internacional de Justiça Ambiental eficaz, moderna, e dinâmica. Deverá ter força cogente ambiental às decisões que serão apeláveis à própria organização. A OMAM poderá ter assento, às sessões ordinárias e extraordinárias, direto para os representantes dos Estados Ambientais nacionais, e via internet aos cidadãos ambientais que serão os fiscais desta organização (SOARES, 2013, p.4).

E ainda em conformidade com a autora, o ideal da organização mudaria a forma como a soberania é tratada, sendo também uma forma de se fazer cooperações internacionais mais certeiras, em se tratando de temática ambiental, tutelando o meio ambiente.

Também é retratado pela autora que a organização teria um caráter de supranacionalidade em relação aos Estados, podendo assim ter uma maior eficácia em seus posicionamentos.

Nesse sentido:

A OMAM terá caráter supranacional para os Estados de Direito Ambiental, os ecológicos, de Política de Direito Verde difuso e transindividual para o cidadão ambiental. **A OMAM é a esperança de se fazer políticas sérias à cooperação internacional** dos Estados Ambientais, transformando a soberania diante dos interesses difusos de todos na Aldeia Global (SOARES, 2013, p.4) [grifo nosso].

Porém, a própria autora, assim como os demais autores que defendem a cidadania ambiental, em como formas de sua implementação frente às necessidades da humanidade e do planeta, sabem que tais premissas são um tanto quanto utópicas.

É por esse motivo que se faz necessário citar a autora quando a mesma diz:

As ideias defendidas neste tema de organização internacional que se fundamentam nos interesses ambientais difusos parecem um tanto utópicas, mas se não fosse a utopia dar cor à realidade, esta seria sempre cinza (SOARES, 2013, p. 4).

Percebe-se então que a autora sabe onde anda, apesar de ser uma bela forma de concretização da cidadania ambiental, a mesma é um tanto quanto utópica. Porém, discutir tais formas de implementação é nada mais nada menos que dialogar com a noção de educação ambiental, já retratada no primeiro capítulo deste trabalho. Pois segundo a autora, “[...] este tipo de consciência, atualmente, é moldada pela educação ambiental” (SOARES, 2013, p.4).

Contudo, nota-se também que a mesma acredita que é possível tal concretização, apesar de ser uma proposta um tanto quanto utópica.

Nesse sentido:

Atualmente se faz urgente e extremamente necessária a discussão acerca dos meios adequados à tutela ambiental. A discussão deve ser fundamentada nos novos princípios de direito ambiental em esfera nacional, porém, estes que por si só já são novíssimos no sistema normativo brasileiro, eles são também um novo olhar à vida, um olhar, não só legal, e doutrinário, não só da cultura, costume, ou da jurisprudência, mas sim, um olhar do povo, do ex-oprimido, do novo cidadão, do cidadão ambiental, e por que não dizer, cidadão ambiental do mundo, do Planeta Terra (SOARES, 2013, p.4).

Abordando tal temática, buscou-se também abordar a forma como a cidadania ambiental deveria se concretizar, a fim de garantir a tutela do meio ambiente como direito fundamental. Apesar de utópica, tal sugestão se mostra válida para o debate do tema.

3.2 A SOBERANIA NOS MOLDES CONTEMPORÂNEOS

Muito embora a questão da soberania possa ser retratada como um sinônimo de independência, na qual os Estados não serem submissos a qualquer potência estrangeira, é importante observar que tal conceituação vem sofrendo modificações. Na atualidade o conceito de soberania se modifica gradativamente.

Pode-se dizer que no momento atual, a ideia de soberania se mistura com o de cooperação, no qual os países buscam mutuamente cooperar, nos mais variados ramos. Essa evolução pode ser observada com uma análise histórica da soberania.

Essa questão pode muito bem influenciar a forma de relacionamento entre os Estados, inclusive apontando para um futuro. Pois com o passar dos anos, tal conceito sofreu algumas mudanças. Devemos analisar essa questão com enfoque no momento atual.

Nesse sentido:

Tendo surgido como característica principal do Estado, a soberania, no decorrer da história passou por significativas transformações. Passou de poder absoluto e perpétuo do soberano às mãos do povo por meio de Rousseau, atribuindo-se à burguesia, à nação, para, no século XIX, aparecer como emanção do poder político. Posteriormente, a titularidade do poder soberano passa a ser do Estado. Atualmente, a interdependência dos mesmos direciona cada vez mais a uma interligação entre a ideia de soberania e de cooperação, econômica, jurídica e social (SIMIONI; LORENZET, 2008, p.158).

Ainda em conformidade com tais autores, até mesmo o direito internacional vem contribuindo a relativizar a noção de soberania nos moldes atuais, pois os interesses comuns a todos devem ser observados também.

Corroborando para esse entendimento:

O direito internacional, de certa forma, contribui para relativizar a soberania do Estado, uma vez que a comunidade internacional confere ao Estado Moderno o dever de observância, acima de seus próprios interesses, a interesses comuns da humanidade (SIMIONI; LORENZET, 2008, p. 159).

Uma das principais causas para que essa nova visão de cooperação, relativização de soberania, foi a Segunda Grande Guerra Mundial, que em conformidade com Simioni & Lorenzet (2008, p. 160), logo após o fim da mesma, “as mudanças no sistema internacional ensejaram novos debates em torno das relações internacionais”.

Mais uma vez, mostra-se que a globalização vem mudando a forma como os Estados se relacionam, mudando a ideia da soberania clássica. Perceber isso se faz muito necessário, pois ao momento em que as relações internacionais mudam, ocorre a compreensão de que a globalização afeta o modo como o mundo se relaciona.

Assim, têm-se que:

[...] o movimento de globalização ocorrido nas últimas décadas ocasionou um estreitamento de fronteiras que não mais nos permite viver a concepção de soberania absoluta que nos era apresentada (SIMIONI; LORENZET, 2008, p.160) [grifo nosso].

Nesse sentido, pode-se aferir que a forma como o mundo contemporâneo vem mudando, as relações entre os Estados estão sendo revistos, principalmente quando tratamos de direitos comuns a todos, como por exemplo, no caso do meio ambiente. Por isso não é um erro dizer que o meio ambiente é um tema novo, que está buscando ainda formas de ser tutelado com mais eficiência, em nível global.

Em conformidade com tais autores, a questão da soberania dos Estados deve ser analisada de uma forma diferente, pois a mesma está em transformação. As relações internacionais estão tomando novas formas.

Em conformidade:

Definitivamente, o caráter soberano atribuído ao Estado deve ser revisto. Não mais se trata da formação de uma ordem absoluta, e sim, da transformação desta. No nível das relações internacionais percebe-se visivelmente a constituição de uma série de compromissos entre os Estados e não de soberania (SIMIONI; LORENZET, 2008, p. 161).

A questão da soberania vem tomando novos contornos, mas quando paramos para analisar o meio ambiente, o desequilíbrio ecológico, a degradação ambiental, tais questões se mostram muito urgentes, devendo realmente haver uma mudança no modo de interação internacional, para que o meio ambiente seja tutelado de forma mais dinâmica, com a devida importância que o mesmo merece.

É necessário, em conformidade com os autores supracitados, que se encontre um equilíbrio entre a soberania estatal e a tutela do meio ambiente em nível internacional.

Nesse sentido:

No atual momento histórico, se faz imprescindível que a ciência jurídica encontre um meio termo entre defesa da soberania do Estado e a proteção da natureza. As ações do homem podem gerar problemas ecológicos que afetam o ambiente em dimensões espaciais e temporais, muito além das dimensões territoriais de Estado ou do tempo em que vivemos (SIMIONI; LORENZET, 2008, p. 156).

Mostra-se então certo consenso entre a necessidade de se tutelar o meio ambiente a nível internacional de forma mais eficiente. As degradações estão num nível preocupante, estabelecer uma nova forma de tutela a esse direito fundamental se mostra por meio do conceito de cidadania ambiental uma forma promissora de tutela. Os autores e estudiosos do Direito Ambiental defendem que a necessidade dessa forma de tutela mais eficiente, que realmente exerça influência sobre os países, se materialize através desse conceito apresentado neste trabalho.

3.3 A CONCRETIZAÇÃO DESSE MODELO FRENTE ÀS QUESTÕES AMBIENTAIS

José Rubens Morato Leite (2015) com certeza é um dos principais nomes no ramo do Direito Ambiental quando se trata de novas tendências. Suas obras na maioria das vezes são colaborações, em que o mesmo figura como organizador, promovendo a difusão dos principais e atuais temas no âmbito ambiental.

Em Direito Constitucional Brasileiro, é retratado sobre a temática abordada neste trabalho. O conceito de cidadania ambiental está totalmente ligado à ideia de um Estado de Direito Ambiental, que tutele os direitos difusos do meio ambiente de forma singular.

Como é um conceito ainda em construção, como se afirmou anteriormente neste trabalho, não há um modelo em definitivo a ser seguido. Tanto que a proposta elaborada pela estudiosa do Direito Ambiental Seline Nicole Martins Soares é uma das poucas propostas existentes, por isso foi de muita importância retratá-la neste trabalho.

José Rubens Morato Leite destaca que o Estado de Direito Ambiental é um mero consequente da atual crise ambiental na qual a humanidade passa. É um dever-ser de como o mundo tutelaria o meio ambiente de forma mais eficiente. A propositura desse Estado de Direito Ambiental é uma quebra de paradigma, segundo o autor, e também como já foi dito neste trabalho. Em conformidade com o autor, trata-se de uma nova exigência da sociedade.

Nesse sentido:

O Estado de Direito do Ambiente é uma construção teórica que se projeta no mundo real ainda como devir. A despeito desse fato, a relevância do paradigma proposto deve ser observada para uma melhor compreensão das novas exigências impostas pela sociedade

moderna, especialmente quando se considera o constante agravamento da crise ambiental (LEITE, 2015, p. 177).

É importante também notar que o referido autor sabe que o tema é abrangente por excelência, pois como já foi demonstrado neste trabalho, normalmente as temáticas da seara ambiental são transdisciplinares, não se restringindo ao Direito apenas. Ainda mais quando falamos de novas exigências da sociedade contemporânea.

O autor afirma que é “[...] por si só, um conceito abrangente, pois tem incidência necessária na análise da sociedade e da Política, não se restringindo ao Direito” (LEITE, 2015, p. 178). Isso demonstra que realmente as questões ambientais merecem um maior carinho quando analisadas. O autor ainda afirma que é uma “utopia democrática”, pois requer uma total repolitização do mundo.

Faz-se importante notar tal questão, pois a ideia de cidadania ambiental e a formulação de um Estado de Direito Ambiental é uma propositura que possui muitos desafios a serem transpassados.

Contudo, o autor também destaca os pontos fortes de tal temática e propositura, pois não é algo simples. A ideia de que o meio ambiente é uno ressoa também no texto do autor.

Nesse sentido:

A peculiaridade do debate do Estado de Direito Ambiental exige que a reflexão a respeito da preservação do ambiente não possa restringir-se a Estados isolados apenas. Assim, aumenta a complexidade da questão quando **se constata que o ambiente é uno, não se restringindo a realidades estanques diversas conforme fronteiras geográficas** (LEITE, 2015, p. 179) [grifo nosso].

Ainda em conformidade com o autor, não é somente isso. Existem ainda outras questões:

Além do mais, tem-se de atentar para a extrema dificuldade que existe, entre os diversos países, para a necessária tomada conjunta de medidas de cunho técnico que visem à qualidade do ambiente (LEITE, 2015, p. 179).

É de muita importância frisar que embora o autor faça críticas a essa questão, classificando também como utópica, o mesmo também não se desfaz da mesma. Para o autor, é muito importante continuar discutindo o tema. Aqui também se aplica

o conceito de educação ambiental. Discutir a temática é também fazer fomentar novas formas de tutela ao meio ambiente, bem como propor novas formas, que alcancem os anseios de uma sociedade que cada vez se preocupa com o meio ambiente.

Nesse sentido:

A abstratividade do Estado de Direito do Ambiente não pode induzir a pensar que não existe importância em sua discussão. A definição dos pressupostos de um Estado de Direito do Ambiente serve como “meta” ou “parâmetro” a ser atingido, trazendo à tona uma série de discussões que otimizam processos de realização e aproximação do Estado teórico com vistas a maior efetividade (LEITE, 2015, p. 180) [grifo nosso].

Assim, sempre que se procura debater as formas de se tutelar de forma mais eficiente o meio ambiente, tendo em vista as graves degradações ao mesmo, está se falando de educação ambiental.

Nenhuma discussão acerca do tema se torna inócua. Discutir sobre essa temática é se preocupar com o futuro do meio ambiente, dos recursos naturais, mas também é se preocupar com as futuras gerações.

Afinal, como afirma Bobbio, em *A Era dos Direitos*, o principal problema não é assegurar os direitos fundamentais do homem. O principal problema é como assegurá-los. Dar efetividade aos mesmos. Essa é a grande questão. Pois em conformidade com o autor, “o problema real que temos de enfrentar, contudo, é o das medidas imaginadas e imagináveis para a efetiva proteção desses direitos” (BOBBIO, 2004, p. 22).

O meio ambiente se elevou a *status* de direito fundamental. Porém as medidas que temos atualmente vêm se mostrando ineficaz, como se tentou demonstrar neste trabalho.

A criação de um órgão que tutele o meio ambiente em nível internacional foi uma das propostas que podem concretizar a chamada cidadania ambiental, abordada neste trabalho. Com isso seria instaurado um Estado de Direito Ambiental, no qual seriam tutelados apenas direitos relativos ao meio ambiente, assim como também se teriam políticas que efetivamente exerçam influência sobre os países, a exemplo da OMC (SOARES, 2013).

Podemos citar também o seguinte entendimento:

A humanidade, no novo milênio, precisa encontrar soluções para os graves problemas que atingem as sociedades. O direito não consegue dar respostas satisfatórias para os complexos problemas humanos gerados pela evolução tecnológica. Há a necessidade de serem promovidas profundas reformulações nos valores [...] (FANGÚNDEZ, 2004, p. 236).

Deve-se dizer que há uma sensação de que não está sendo realizado um bom trabalho de políticas públicas, no sentido de proteger o meio ambiente em nível internacional.

Essa sensação é partilhada por parte dos estudiosos de Direito Ambiental, bem como estudiosos de Direito Internacional. Buscar uma forma que tutele o meio ambiente com uma maior efetividade, num nível internacional. A importância do meio ambiente, do ecossistema, de um meio ambiente equilibrado é levada em consideração nessa perspectiva de instauração de uma nova cidadania, na qual seria concretizada pela Organização do Meio Ambiente Mundial. Deve-se dar a devida importância às questões ambientais.

Buscar respostas e debater as possibilidades é exercer a educação ambiental, difundir as discussões acerca da cidadania ambiental e como ela poderia ser exercida, foi o principal foco deste trabalho acadêmico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos o meio ambiente se destacou na comunidade internacional, nascido recentemente, principalmente como um direito fundamental do ser humano. A Conferência de Estocolmo se mostrou o principal ponto de partida para discussão do meio ambiente em nível internacional.

A tutela do meio ambiente se mostrou cada vez mais no centro das atenções em nível internacional. Tutelar um bem que é comum a todos, conforme a doutrina ambientalista propaga, é uma imensa responsabilidade.

Neste trabalho procurou-se demonstrar a importância do tema, por mais que seja utópico. As questões ambientais não podem esperar. Tutelar o meio ambiente de forma que alcance a todos, em esfera internacional, é o anseio da cidadania ambiental global.

É interessante também notar que os estudiosos do Direito Ambiental sabem do quão audacioso é o tema. Por este motivo, foi apresentado no presente trabalho que é importante tratar do tema abordado. É de suma importância debater as questões ambientais, para que seja exercida a cidadania ambiental, realizando-se tais debates, discutindo-se quais as melhores e possíveis formas de se tutelar o meio ambiente. Desta forma, mostra-se que é necessário sim discutir esses temas, por mais utópicos que possam parecer.

O debate esbarra no conceito de educação ambiental, também tratado neste trabalho. Educação ambiental é justamente discutir formas de efetivação da tutela do meio ambiente. A doutrina ambientalista, como se citou no decorrer deste trabalho, mostra-se insatisfeita na forma pela qual a comunidade internacional trata de questões ambientais, que segundo os mesmos estão muito aquém do necessário.

Somente como exemplo, neste trabalho foi investigado o Protocolo de Quioto, que previa uma redução nas emissões de gases poluentes, para que não seja elevado o efeito estufa. Com a investigação, ficou-se claro que a estimativa de

redução era muito aquém da necessária para o barramento do efeito estufa, e mesmo assim, com o fim do prazo, a meta não foi cumprida. Com a renovação do Protocolo, recentemente, os países signatários reduziram drasticamente.

Como não existe uma forma coercitiva eficaz de tais países a se comprometerem de forma responsável a tais tratados, a comunidade ambiental, os estudiosos de Direito Ambiental bem como a população que proclama uma maior proteção ao meio ambiente, necessita que haja uma quebra de paradigma, conforme já foi dito no trabalho, é necessário um novo modo de pensar, uma nova ética.

Nesse sentido surge o conceito da cidadania ambiental, com base na Teoria da Sociedade de Risco, também abordada neste trabalho. Vive-se numa sociedade na qual os riscos são incertos e se prolongam pelo tempo, muitas vezes irreversíveis. Um exemplo simples é o aumento da temperatura média da terra, ocasionada pelo efeito estufa.

O conceito de cidadania ambiental, atrelado à Teoria da Sociedade de Risco, bem como a visível globalização, que *desterritorializa*, une os povos, cria o desejo de se instaurar uma nova forma de cidadania: a cidadania ambiental.

Observou-se a proposta da criação da Organização do Meio Ambiente Ambiental, que busca dar concretização dessa cidadania. Conforme foi demonstrado no trabalho, os indivíduos teriam a oportunidade de tutelar o meio ambiente como cidadãos do mundo, sem a necessidade de serem de determinado território.

Com a criação da organização, seria possível implantar políticas que coagissem os Estados a não mais poluir o meio ambiente. Estabeleceu-se também o conceito da organização nos moldes da OMC, para que a mesma possa influenciar os Estados.

Em conformidade com o que foi apresentado no trabalho, sabe-se que a tal propositura é um desafio para a atual configuração política, pois pressupõe a criação de um novo organismo internacional. É importante ressaltar que tal propositura, apesar de muito difícil, é necessária. Um órgão internacional que tutele o meio ambiente, implementando assim a chamada cidadania ambiental, mostra-se como uma boa alternativa para o atual modelo de tutela ao meio ambiente.

Com a implementação dessa nova cidadania, cidadãos do mundo todo poderiam tutelar o meio ambiente, além de monitorar as atividades dos Estados, fazendo valer os seus direitos. Pois em conformidade com a autora, a criação da

organização seria a esperança de serem realizadas políticas mais sérias em relação ao meio ambiente.

Constata-se, no referido trabalho, que a forma como os Estados se comunicam vem sofrendo mudanças. Mudanças decorrentes da globalização. Nas relações internacionais. A Teoria da Sociedade de Risco pressupõe que se deve reconfigurar o modelo pelo qual o ser humano protege o meio ambiente.

As noções de cidadania ambiental, bem como do Estado de Direito Ambiental, a propositura da criação da Organização do Meio Ambiente Mundial se mostra como a peça fundamental para essa concretização. Por intermédio da organização, a tutela a nível internacional do meio ambiente se faria nos conformes do que preconiza a cidadania ambiental.

Por mais que pareça ser intangível, tal propositura é no mínimo aceitável, tendo em vista as grandes degradações ao meio ambiente são irreversíveis. Também se pode verificar que a abordagem do tema se faz importante, através de autores que preconizam que a discussão dessa nova forma de tutelar o meio ambiente possui sua importância.

O modo como a comunidade internacional, sobretudo os estudiosos do meio ambiente, enxergam o fenômeno da globalização, leva a entender a necessidade dessa nova forma de cidadania, uma cidadania que quebra paradigmas, estabelece princípios éticos e tutela o meio ambiente em nível internacional.

Por fim, acredita-se que essa nova forma de cidadania cada vez se faz mais necessária, com a criação de um organismo internacional que tutele o meio ambiente de forma eficaz, que exerça uma coerção nos países poluentes de maneira satisfatória, possibilitando assim que cada indivíduo tenha o direito ao meio ambiente equilibrado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

BEZERRA SALAMÉ, Mariana. **A reação internacional à mudança climática: o Protocolo de Quioto e seus mecanismos de mercado para o enfrentamento do aquecimento global**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XI, n. 51, mar 2008.
Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2488>.
Acesso em nov 2016.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 97 p.

BRAGA, Alice Serpa. Tratados internacionais de meio ambiente: estatura no ordenamento jurídico brasileiro. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 16, n. 2936, 16 jul. 2011. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/19556>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

CARVALHO, Délton Winter de. **Dano Ambiental Futuro**: da assimilação dos riscos ecológicos pelo direito à formação de vínculos jurídicos intergeracionais. 2006. 258 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Universidade do Vale do Rio Sinos, São Leopoldo, 2006.

CAPELLI, Sílvia. **Corte Internacional de Justiça não acolhe ação cautelar proposta pela Argentina contra o Uruguai no caso das fábricas de celulose no Rio Uruguai**. Disponível em < <http://www.mp.rs.gov.br/atuacaomp/noticias/id8405.htm>> Acesso em: 28 nov. 2016.

CASELLA, Paulo Borba; SILVA, G. E. Do Nascimento e; ACCIOLY, Hildebrando. **Manual de Direito Internacional Público**. São Paulo: Saraiva, 2008.
COSTA, Camilla Gomes Pinheiro. **Ação Popular Ambiental no Exercício da Cidadania**. 2011. 85 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2011.

CUSTÓDIO, Helita Barreira. **Direito Ambiental e Questões Jurídicas Relevantes**. Campinas: Millenium Editora, 2005. 852 p.

ECO, O. **O que é o Protocolo de Quioto**. 2015. Elaborado pelo O Eco, ONG brasileira. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28947-o-que-e-o-protocolo-de-quioto/>>. Acesso em: 27 out. 2016.

FAGÚNDEZ, Paulo Roney Ávila. O Significado da Modernidade. In: LEITE, José Rubens Morato; BELLO FILHO, Ney de Barros (Org.). **Direito Ambiental Contemporâneo**. Barueri: Manole, 2004. Cap. 7. p. 205-246.

IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 271 p.

LEITE, José Rubens Morato. Sociedade de Risco e Estado. In: CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato (Org.). **Direito Constitucional Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2015. Cap. 2. p. 157-257.

LIMIRO, Danielle. **Créditos de Carbono**: Protocolo de Kyoto e Projetos de MDL. Curitiba: Juruá Editora, 2012. 169 p.

MATHEUS, Ana Carolina Couto. A Aplicação Concreta do ICMS Ecológico como Opção das Políticas Públicas Ambientais. In: PAULA, Jônatas Luiz Moreira de (Org.). **Direito Ambiental e Cidadania**. Leme: Jh Mizuno, 2007. Cap. 1. p. 1-36.

MOURA, Mara Aguida Porfirio; LIMA, Antonia Jesuita de; TEIXEIRA, Solange Maria. Cidadania Ambiental: um conceito em construção. In: INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE SOB A ÓTICA DA ECONOMIA ECOLÓGICA, 10º, 2013, Vitória. **Anais do X Encontro da ECOECO**. Vitória: Ecoeco, 2013. p. 1-17. Disponível em: <http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/x_en/GT7-2071-1465-20130514194721.pdf>. Acesso em: 22 out. 2016.

PINTO, Antonio Carlos Brasil. A Globalização, o Meio Ambiente e os Movimentos Ecológicos. In: LEITE, José Rubens Morato; BELLO FILHO, Ney de Barros (Org.). **Direito Ambiental Contemporâneo**. Barueri: Manole, 2004. Cap. 11. p. 341-355.

SANTOS, Milton. **Por Uma Outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001. 175 p.

SIMIONI, Rafael Lazzarotto; LORENZET, Eliane Moreira. Resolução de conflitos ambientais internacionais: soberania, jurisdição internacional e ingerência ecológica. **Scientia Iuris**, v. 12, p. 155-175, 2008.

SOARES, Seline Nicole Martins. **OMAM: Organização do Meio Ambiente Mundial**. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 18, n. 3754, 11 out. 2013. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/25495>>. Acesso em: 29 nov. 2016.

SOUZA, Paulo Roberto Pereira de. O Direito Ambiental e a Construção da Sociedade Sustentável. In: PAULA, Jônatas Luiz Moreira de (Org.). **Direito Ambiental e Cidadania**. Leme: Jh Mizuno, 2007. Cap. 5. p. 157-199.

VIEIRA, Liszt; BREDARIOL, Celso. **Cidadania e Política Ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2006. 171 p.